



**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA**

**SGAS Q. 603 - Bloco A - N.º 23 - Sala 128 - CEP 70.200 - Telefone: 226-6127 - Brasília-DF**

**RELATÓRIO FINAL**  
**e**  
**PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**Diretoria Biênio 1993 - 1995.**

**Brasília, maio de 1995.**



**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA**

**SGAS Q. 603 - Bloco A - N.º 23 - Sala 128 - CEP 70.200 - Telefone: 226-6127 - Brasília-DF**

## **RELATÓRIO**



## **APRESENTAÇÃO.**

Este RELATÓRIO destina-se a registrar, resumidamente, as principais atividades da Diretoria da ANPR, biênio 1993/1995, para atender ao disposto no art. 23, do Estatuto. Toma por base propostas apresentadas pela Diretoria, quando da eleição, enfocando os trabalhos mais importantes, fazendo observações e indicando os objetivos alcançados.

Desenvolveu a Diretoria, que ora encerra suas atividades, programa de cunho nitidamente institucional, sem desprezo, contudo, de questões reivindicatórias e salariais. Partiu-se do pressuposto de que o Ministério Público Federal passara por tempo de relativa tranqüilidade, seu trabalho era reconhecido pela sociedade e o Procurador-Geral da República, representante da Instituição, gozava de prestígio elevado entre cidadãos e imprensa. Ao mesmo tempo, a questão remuneratória não surtia maiores reclamos, já que a gestão anterior tinha obtido várias recomposições salariais e a tão almejada Lei Orgânica fora sancionada.

Em contrapartida, havia sentimento de desconforto com relação à eficácia da atuação dos membros do parquet, observado por inúmeros colegas, e avizinhava-se a reforma constitucional. Muitos também eram os incomodados com a atuação do Ministério Público e o momento da reforma era propício, a esses, para restringir a atuação da Instituição, cerceando-lhe garantias institucionais. Por isso, tornou-se preponderante para a Diretoria, então eleita, focalizar seu trabalho nessas questões, sabedora de que, para isso, se fazia urgente resgatar os Encontros Nacionais. Estes haviam deixado de ser momento de estudo, discussão e troca de idéias, já que neles preponderavam passeios e



confraternização. Além disso, a reforma constitucional impunha linha de ação, cujos pontos básicos seriam obtidos após amplo consenso, só realizável em encontro nacional.

Ao mesmo tempo, tinha certeza a Diretoria de que o Estatuto, elaborado há anos, exigia reforma urgente, para adaptá-lo às novas realidades - e esse desafio ainda não fora vencido por gestões anteriores. Havia várias propostas de alteração e a exigência de *quorum* qualificado vinha, até o momento, impossibilitando qualquer mudança.

Acompanhar os trabalhos da revisão constitucional era tarefa premente que, além de passar por tomada de consciência de toda a classe, impunha preocupações inusitadas, talvez além dos limites da Diretoria então empossada. Nesse ponto, a ANPR e seus membros souberam estar presentes, defendendo as garantias institucionais e optando por posições não corporativas.

Foi também incentivado o trabalho de sócios aposentados na gestão da ANPR. Aliás, a Diretoria, que ora encerra seus trabalhos, foi a primeira a ter, entre seus membros, um sócio aposentado. Reconhece-se hoje, aliás, que em futuro próximo um aposentado deverá integrar a Diretoria, independentemente de "estar representando o Estado".

A Diretoria biênio 93/95 adotou também procedimento de consulta específico, representado pelo plebiscito, cujo resultado possibilitou, em momento delicado, resolver satisfatoriamente situação difícil, que era a proposta de emenda constitucional no sentido



de o Supremo Tribunal Federal elaborar lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral da República.

Vários trabalhos foram desenvolvidos, como adiante demonstrado, e, infelizmente, outros, apesar da boa intenção, não “saíram do papel”. As gestões para formação de cooperativas de crédito e habitacional e para complementação da assistência médica demandam ainda outros esforços, que não foram possíveis de ser realizados. Ficou também para o futuro a proposta de “hotel de trânsito” para atender os colegas que, por interesses particulares, demandam a Brasília. Solicitamos a doação de terreno à Cia. Imobiliária de Brasília, do GDF, e tentamos obter a concessão de uso de clube da União. Tudo em vão.

Enfim, colegas, este breve relatório é retrato, sem retoques, da gestão da Diretoria, biênio 93/95.

Agradecemos, desde já, àqueles que tenham paciência de lê-lo.

Muito obrigado.



Wagner Gonçalves - Presidente.



## REVISÃO CONSTITUCIONAL.

Após assumirmos a Associação Nacional dos Procuradores da República - em 18.6.93, já em 28 de junho do mesmo ano fizemos publicar o Boletim ANPR. Nele indicamos as primeiras providências para o X Encontro Nacional e incentivamos os colegas a apresentarem estratégia de atuação para os trabalhos de acompanhamento da revisão constitucional, a ser definida no referido Encontro.

Realizado o X Encontro Nacional em Blumenau, obteve-se consenso sobre os principais pontos a serem defendidos pela ANPR, no Congresso Nacional. Prevaleceu a tese de que era necessário preservar a inteireza do capítulo do MP.

Escudado nesta e em outras posições assumidas pela classe, inclusive naquelas decorrentes da "Carta de Blumenau", a Associação, por intermédio da Comissão de Acompanhamento da Revisão Constitucional, definiu a seguinte estratégia de atuação: 1º - trabalhar pela manutenção dos artigos 127, 128 e 129 da Constituição; 2º - na medida em que houvesse propostas no sentido de alterar tais dispositivos, apresentar outros, aumentando o leque de atuação do *parquet*; 3º - propor também alterações para tornar mais efetivos dispositivos constitucionais, de modo a atender, no máximo, ao que foi decidido no Congresso de Blumenau; 4º - evitar propostas corporativas, capazes de macular, no Congresso Nacional, o trabalho da ANPR; e, finalmente, atuar em conjunto com a CONAMP e os demais ramos do Ministério Público da União.



Assim, a ANPR apresentou, no Congresso Revisor, propostas de alteração constitucional para:

1. garantir ao Procurador-Geral da República a exclusividade na apresentação de lei complementar com relação ao MPU ( 4 emendas);
2. garantir o exercício das funções de MP junto aos Tribunais de Contas ao próprio MP - 20 emendas;
3. estabelecer a possibilidade de suspensão, pelo MP, do ato administrativo, quando seja flagrantemente contrário ao art. 37 da Constituição - 25 emendas;
4. solidariedade do agente público, quando nesta qualidade, causar danos a terceiros - 3 emendas;
5. criação das Procuradorias e Promotorias de Instrução e condução das investigações policiais - 3 emendas;
6. garantir o efetivo controle da polícia judiciária e a direção das investigações - 49 emendas;
7. estabelecer que o inquérito civil e a ação civil pública possam ser usados para a proteção de direitos humanos - 3 emendas;
8. alterar o conceito e o capítulo da segurança pública na Constituição - art. 144 e seguintes - 14 emendas;
8. tirar da Constituição a numeração taxativa dos órgãos encarregados da segurança pública - 5 emendas; e, finalmente,
9. fixar a competência da Justiça Federal em matéria de direitos humanos, decorrentes da intervenção do Conselho Nacional de Direitos Humanos, via MPF, no processo, ou em decorrência de tratados ou convenções internacionais - 6 emendas.



Na medida em que a “Comissão de Revisão” desenvolvia o trabalho de coleta de assinatura para as propostas revisionais, fazia-se também a leitura, análise e separação de todas as propostas, de modo a apresentar emendas às mesmas, caso fosse de interesse da Associação. Foram lidas e discutidas mais de 17.000 propostas revisionais, e, com a ajuda de vários colegas, inclusive alguns vindo dos Estados, combateram-se todas as propostas contrárias ao Ministério Público.

A par disso, foram apresentados requerimentos de destaque objetivando alterações específicas em proposições também contrárias ao MP.

Assim, apresentamos, em resumo: 137 propostas revisionais, 725 emendas às propostas revisionais, 44 destaques ao parecer do relator e realizamos 40 audiências “oficiais” com parlamentares, afora “encontros de corredor” e de “ante-salas”.

A ANPR também agrupou em dois volumes propostas e emendas revisionais relativas aos artigos 131 a 135 da Constituição (funções essenciais à Justiça) e artigos 127 a 130 - relativos ao Ministério Público e ao MP junto ao Tribunal de Contas.

A revisão constitucional representou, para a Diretoria, meses de trabalho árduo, que só foi possível realizar, devido à dedicação da Comissão de Acompanhamento composta pelos colegas Álvaro Augusto Ribeiro Costa, Francisco Teixeira de Oliveira e Juvenal César Marques Júnior. Teve atuação destacada, sendo inclusive o responsável pelo “programa” que possibilitou a coleta rápida de informações e dados, para gerar emendas e requerimentos de destaque, o colega Luiz Alberto David Araújo - SP. Muitos outros colegas ajudaram





nesse trabalho e só deixamos de mencioná-los para não correr o risco de esquecer algum nome.

Frustrada a revisão, pode-se afirmar que o trabalho feito não foi em vão. Consolidou-se junto a vários parlamentares a posição da ANPR, como entidade de classe voltada para a solução de problemas institucionais e não para mera preocupações corporativistas. Além disso, consolidou-se o bom relacionamento com a CONAMP e com as demais associações congêneres do Ministério Público da União.

#### **ENCONTRO NACIONAIS.**

Realizamos dois Encontros Nacionais. Um em Blumenau e outro em Fortaleza. Ambos consagraram, de maneira exitosa, o objetivo da Diretoria de “fazer do Encontro de Procuradores da República, além de momento de confraternização e conagraçamento, a principal oportunidade para que os associados possam debater as principais questões institucionais (e administrativas), que afetam diretamente o dia a dia de cada associado.”

O primeiro congresso, realizado na cidade de Blumenau, Santa Catarina, no ano de 1993, teve como temas principais; 1a. revisão constitucional; 2a. Ministério Público - unidade e independência



funcional; 3a. reforma do Processo Penal Brasileiro; e 4a. controle externo do Ministério Público, do Poder Judiciário e da atividade policial.

Cada tema foi debatido por um grupo de trabalho e, no final - em sessão Plenária, as teses foram discutidas e aprovadas. No mesmo Encontro, foi aprovado o novo Estatuto da ANPR e publicou-se também a "Carta de Blumenau". A iniciativa, de fundamental importância, resgatou a força, para imprensa e público externo, dos trabalhos desenvolvidos na oportunidade. A "Carta" foi publicada, na íntegra, por vários jornais do país, devido, principalmente, ao fato de nela constar, entre outras propostas, aquela no sentido de que o MPF aceitava "mecanismos de controle externo do Poder Judiciário e do Ministério Público, preservando-se a independência funcional de seus membros."

O XI Encontro Nacional, realizado no ano seguinte, em Fortaleza, confirmou a proposta da Diretoria de que reuniões, estudos, debates e palestras, além de conagraçamento e confraternização, são condições necessárias para o êxito de tais eventos. Os temas debatidos foram: 1a. controle externo da atividade policial - questão delicada, que já fora discutida no encontro anterior; 2a. o papel do Ministério Público como fiscal da lei e como promotor da ação - princípios da unidade e independência funcional ; e, finalmente, 3a. atuação do Conselho Superior do Ministério Público - limites de atuação e papel regulamentar. Discutiu-se também, nesse grupo, atividade correicional no MP.



Superada a questão revisional pelo seu insucesso e definidos os pontos de atuação da ANPR, era compreensível que a classe optasse, no segundo Encontro, por temas internos, principalmente aqueles ligados à solução de problemas específicos, que atingiam o dia a dia de cada Procurador, bem como com relação aos decorrentes da atuação do Conselho Superior e da implantação da Corregedoria- Geral do MPF.

Os grupos possibilitaram debates acirrados, já que decisões tomadas no XI Encontro exigem, até hoje, alterações regimentais ou mesmo legislativas. De qualquer modo, fez-se diagnóstico da atuação do Conselho Superior, evidenciado à classe que referido órgão, essencial ao funcionamento do MPF, deve ser mais ágil e sua composição alterada. Reconheceu-se que deve ser modificado o percentual de participação daqueles eleitos "indiretamente", ou seja, pelo Colégio de Subprocuradores-Gerais da República; que cada candidato deve concorrer por um único colégio; que deve ser excluída a competência residual do Conselho - não prevista na lei orgânica etc.

Teve-se, nesse Encontro, a presença do Vice-Presidente da República eleito, Senador Marcos Maciel, que, após, fez constar nos anais do Senado Federal o discurso do Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, além de ter elogiado o resultado do congresso. A par disso, o Deputado Michel Temer, hoje Presidente do MDB, participou de palestra, que gerou polêmica no que se refere à forma de alteração da Constituição Federal. O Bispo Presidente da Regional Nordeste II da CNBB, Dom Marcelo Carvalheira, pregou a



integração entre sociedade civil e MP, para solucionar os graves problemas nacionais.

A “Carta de Fortaleza” teve ampla repercussão nacional, tendo sido transcrita, na íntegra, em vários jornais do país e o Senador Josaphat Marinho, em discurso no Senado, elogiou o nível dos debates ocorridos no congresso, mandando também transcrever a referida “carta” nos anais daquela Casa. Na “Carta”, os Procuradores da República, entre outras posições de igual ênfase, reconheceram que a “alteração do *quorum* de votação e do processo previsto no art. 60 da Constituição importam em ruptura da ordem jurídica estabelecida, que compete ao MP defender” entre outras posições de igual ênfase.

Assim, firmou-se, em definitivo, dada a ampla repercussão nacional de ambos os Encontros, que os congressos do MPF devem estar inseridos dentro das preocupações maiores da classe para com relação à eficácia de sua atuação. Ademais, como servidores do público e defensores da ordem jurídica, da democracia e dos direitos sociais, compete ao Ministério Público Federal, após um congresso, dizer de suas preocupações e propostas para a sociedade e Governo, de modo a tornar evidente que a Instituição, como um todo, quer cumprir suas funções constitucionais.

Quanto à organização dos Encontros Nacionais, urgem algumas alterações.

Sentindo os problemas adiante alinhados, a Diretoria decidiu, no último Encontro, estabelecer taxa de inscrição, em quantia módica, para evidenciar que se faz necessária maior colaboração dos sócios e associados da ANPR para a realização de tais conclaves.



Nenhuma Associação garante, como a nossa, 05 diárias em hotel cinco estrelas, nem coloca à disposição dos sócios um apartamento duplo, a escolher. A verdade é que passaram a existir distorções, que precisam ser sanadas, além do encontro nacional representar excessivo gasto para a ANPR, no importe de mais de U\$ 100.000 (dólares americanos). O congresso de Fortaleza teve o custo de U\$ 134.313,47. De patrocínio, a ANPR obteve U\$ 28.115,00 (Banespa e Banco do Brasil).

Assim, podemos enumerar abaixo algumas questões que justificam o diagnóstico acima, as quais reclamarão decisão da futura Diretoria:

1. excessivo número de acompanhantes - fato que “tira” o sócio das atividades do Encontro, além de exigir hotéis sempre maiores ou vários hotéis para alojar todos os participantes. Além disso, aumenta os custos da ANPR, representados por gastos com traslado, coquetel e jantar de encerramento;
2. exigência, cada vez maior, do sócio ou associado por apartamentos melhores, de “frente ao mar”, já que não tem nenhuma despesa com tal solicitação. Aliás, o sócio que reivindica argumenta sempre que “alguém recebeu, por que não eu?”;
3. sócios da ANPR, quando solteiros, descasados ou sozinhos, convidam amigo para partilhar o apartamento, aumentando as despesas da ANPR, já que a maioria, em tal situação, se nega a ficar em apartamento “single”;
4. colegas Procuradores, sócios da ANPR, que, tendo relacionamento afetivo um com outro, reservam, quando dos Encontros, dois



apartamentos e hospedam-se em um, ao mesmo tempo em que cedem o outro a algum casal amigo.

5. aumento, a cada dia, das exigências dos sócios e associados, face ao caráter “free” das diárias e principais acontecimentos dos Encontros - o que dificulta a organização do evento.

Os gastos com os Encontros, em montante superior a U\$ 100.000 (dólares americanos) , devem ser minorados, para que a ANPR possa ter “hotel de trânsito”, ou colônia de férias ou uma sede definitiva.

#### REFORMA DO ESTATUTO.

A reforma do Estatuto de há muito era objeto de propostas visando à sua alteração. Estava defasado em relação à realidade nacional da Associação e faziam-se visíveis algumas falhas. Inexistia, p. ex., Conselho Fiscal e o sistema da candidatura dos Delegados, que independia do registro de chapas, gerava inconvenientes.

No X Encontro, realizado em Blumenau - SC, foi possível alterar os Estatutos. Para isso, a Diretoria da ANPR, nos meses anteriores, criou Comissão, que, sintetizando propostas anteriores, apresentou a que foi levada ao congresso. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se, também com antecedência, ingentes esforços para que os colegas se fizessem presentes ao Encontro, ou, se não, mandassem procuração, de modo a ser possível ter o *quorum* qualificado. Tudo deu certo e hoje a Associação Nacional dos Procuradores da República tem novo Estatuto. Aumentou-se o número de sócios da Diretoria, passando-os dos atuais 10



para 12 membros, e a eleição da chapa encabeçada pelo colega Rodrigo Janot já conta, em sua composição, com mais dois colegas, o que veio a aumentar a participação de maior número de Estados na Diretoria. A representação dos colegas de cada Estado conta agora também com um suplente, questão aparentemente menor, mas que muito significa para que se cumpra o disposto no parágrafo segundo do art. 19 do Estatuto.

O papel do Delegado é de fundamental importância e a Diretoria sempre teve a preocupação de incentivar sua participação, uma vez que todas as ações e providências da ANPR, no Estado, a ele são encaminhadas e dirigidas.

#### **ATUAÇÃO JUNTO AO CONGRESSO NACIONAL.**

É preciso sempre salientar a importância da atuação da Associação Nacional dos Procuradores da República junto ao Congresso Nacional.

Primeiro, tivemos a reforma constitucional, onde a atual Diretoria usufruiu do “capital” ali investido por Álvaro Augusto, Gurgel e Francisco, além do trabalho individual de vários colegas e da própria Assessoria Parlamentar do MPF. Segundo, porque naquela Casa correm hoje, p. ex., emendas constitucionais e projetos de lei que podem fazer uma revolução - para pior - em nossas atividades e garantias institucionais.



Assim, além de todo o trabalho desenvolvido durante a revisão constitucional, a Diretoria teve a preocupação de acompanhar todos os projetos de lei que envolvessem atividades e prerrogativas da Polícia, do Poder Judiciário e do próprio Ministério Público. Em vários projetos de lei, tivemos atuação destacada, apresentando pareceres, propostas de alteração e argumentos, tendo por premissas, sempre, a necessidade de se manter o capítulo do MP na Constituição ou avançar no que fosse possível, como, p. ex., obter norma na qual o inquérito policial saia do delegado diretamente para o membro do MP sem passar pelo crivo - desnecessário e burocrático - do juiz. Assim, citamos aqui alguns projetos que a Associação teve atuação destacada, sempre, é lógico, por intermédio de parlamentares sensíveis às propostas do MP:

1. Lei Orgânica da Defensoria Pública;
2. Lei Orgânica das Polícias Civis;
3. Estatuto da Magistratura.
4. Lei que dispõe sobre crimes hediondos;
5. Lei que cria o Fundo Penitenciário;
6. Projeto dispendo sobre identificação criminal;
7. Projeto do Deputado Pedro Simon, que prevê a remessa do inquérito ao MP, sem passar pelo Judiciário;
8. Lei que prevê o combate ao “crime organizado”;
9. Todos os projetos de lei de iniciativa do Procurador-Geral da República (auxílio moradia, criação de Procuradorias da República em Municípios e outros);
10. etc.





Extensa relação de projetos, emitida pela Assessoria de Articulação Parlamentar, evidencia o campo de atuação da Associação nesta área. Desde a primeira reunião do Colégio de Delegados, ainda em 07 de outubro de 1993, ficou decidido trabalhar pela participação da classe na elaboração legislativa, decidindo-se distribuir projetos que demandavam estudos e proposições. Naquela assentada, foram distribuídos 21 projetos. Daí se vê, conseqüentemente, a dimensão desse trabalho durante toda a gestão. Aliás, a Diretoria se desincumbiu dele com grande dificuldade e em níveis muito inferiores ao desejado.

Exemplo do necessário acompanhamento foi o do recente projeto de lei do Procurador-Geral da República (Lei n. 9.031, de 132.4.95), que aumentou remuneração da classe, onde a Associação teve participação destacada, emitindo pareceres de última hora, para esclarecer esse ou outro parlamentar quanto à legalidade e constitucionalidade do projeto.

O trabalho dá Associação é fundamental para a classe e para a garantia de suas funções institucionais, já que, não raro, projetos de lei tentam, de todas as maneiras, tirar o MP de qualquer investigação, e o projeto de lei orgânica da Polícia Civil, p. ex., pretende, entre outras coisas, instituir uma inexplicável “doutrina policial”, garantir ao Delegado independência funcional (“independência armada”), só permitindo requisições do MP fundamentadas, podendo ser indeferidas, além do *parquet* só ter o “direito” de pedir diligências após o término do inquérito.

Assim, cumpre à Associação insistir nessa atividade, sendo importante criar Comissão, composta por colegas fora



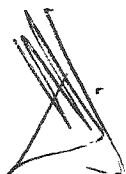
do Distrito Federal, que tenham disponibilidade de tempo para estudos e estar em Brasília, em determinadas épocas, dedicando-se somente a esse trabalho.

### **ANPR E IMPRENSA.**

Desde o início, a Diretoria sentiu a necessidade da Associação ter assessor de imprensa, seja para a feitura do Boletim, seja para articular a publicação de notas e artigos na mídia nacional. É despiciendo realçar a importância do trabalho.

Passaram-se alguns meses, durante os quais, informalmente, contamos com a colaboração da assessoria de imprensa da Procuradoria-Geral da República, dirigida pela Sra. Memélia. Contamos também com o apoio do Dr. Arantes, Assessor Parlamentar.

Após a contratação de assessor de imprensa, deu-se início à publicação de artigos do Presidente da Associação e de alguns colegas, o que muito contribuiu para destacar a posição da classe e da ANPR junto à sociedade. Alguns artigos foram fundamentais tanto para o público externo, como para o público interno: desafogaram situações difíceis, já que, durante meses, o Ministério Público Federal, principalmente na pessoa do Procurador-Geral da República, passou a sofrer todos os tipos de ataques, com imenso desgaste para a Instituição. Algumas publicações tiveram repercussão nacional, podendo-se citar os artigos:





SGAS Q. 603 - Bloco A - N.º 23 - Sala 128 - CEP 70.200 - Telefone: 226-6127 - Brasília-DF

- Ministério Público, CPI e revisão - coluna “data venia” da Folha - 31.7.94;
- Contendam o Ministério Público - Jornal de Brasília, pág. 3, 11.5.94;
- Quércia, o inocente - Folha de São Paulo - pág. 3, 12.8.94;
- Criticar é fácil - Jornal de Brasília - pág. 2, 21.12.94;
- Erro Técnico - Folha de São Paulo, pag. 3, em 19.12.94.
- Reforma Constitucional - Folha de São Paulo, coluna “data venia”- logo após o Encontro de Fortaleza;
- A TR e o crédito rural - Jornal de Brasília, em 30.6.94;
- Arautos do oportunismo - Jornal de Brasília, 29.1.95;
- Reforma Constitucional - coluna opinião - Folha de São Paulo, sobre as propostas do Governo para alteração da Constituição.
- outros

Além disso, várias foram as entrevistas à imprensa, em momentos delicados, onde a ANPR sempre pautou suas declarações em defesa da classe e dos objetivos maiores da Instituição. Ao mesmo tempo, teve-se o cuidado de dar publicidade às decisões, decorrentes dos dois Encontros Nacionais (Blumenau e Fortaleza) o que possibilitou a publicação, em vários periódicos, das “cartas” desses Encontros, com grande repercussão nacional, como mencionado. Outros informes e notas, durante a gestão, foram passados à imprensa, objetivando esclarecer, quebrar arestas e evidenciar a verdade, sempre obscurecida por inimigos do MPF. Aliás, abortamos, em algumas oportunidades, notícias e declarações equivocadas, exatamente em função de esclarecimentos.



O Presidente da ANPR participou de alguns programas ou debates na televisão, fazendo-se digno de nota aquele em que se discutiu a atuação do Ministério Público Federal no julgamento do ex-Presidente Collor. Participaram do debate, além do Presidente ANPR, os senhores Miguel Reale e Júnior (professor da USP e Saulo Ramos, advogado). Ou seja, em momentos delicados, a Associação "saiu à frente" em defesa da classe, já que seria inoportuna ser exercida, dada as circunstâncias, pelo Procurador-Geral da República.

Fizemos publicar também notas de desagravo ao Procurador-Geral da República, o que motivou o Conselho Superior, então silente, a assim também agir, quando dos ataques sofridos pela Instituição após o julgamento Collor. Outras notas e posições, em defesa de colegas ameaçados nos Estados (São Paulo, Pará, Paraíba e Espírito Santo), foram levadas à imprensa, "desafogando" situações.

Por isso, a "questão imprensa", para a ANPR, é fundamental e temos certeza que a futura Diretoria melhor a desenvolverá.

#### **ANPR E APOIO A EVENTOS.**

A Diretoria teve sempre presente que é importante, para a classe e para a própria Associação, incentivar e colaborar para a realização de eventos que levem às discussões assuntos ligados às atividades dos membros do Ministério Público Federal. Aliás, tais objetivos estão presentes no Estatuto, seja no sentido de (art. 3º inc.



III) “colaborar com o Estado no estudo e na solução das questões relativas ao exercício das funções atribuídas aos Procuradores da República, bem como na definição, estrutura e disciplina da respectiva carreira”, bem como no de (inc. I) “velar pelo prestígio da classe”, (inc. V) “realizar e promover cursos, seminários, conferências e estudos em geral” e (inc. VI) “estimular o intercâmbio de estudos e trabalhos entre seus associados”.

Dentro dessa perspectiva, a Diretoria realizou ou colaborou para:

1. a conferência em São Paulo com o professor Fábio Konder Comparato, a propósito do “Sigilo bancário” - organizada pelo colegas lotados naquele Estado;

2. o encontro sobre “Direitos Indígenas”, apoiando a então Coordenadoria de Direitos Indígenas, evento realizado no Auditório Petrônio Portela, Senado Federal, cuja direção coube ao Presidente ANPR;

3. o Encontro Nacional do Ministério Público, em apoio à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Para isso, a ANPR assinou convênio com a UNICEF, ficando responsável pelo recursos, repassados por referido órgão internacional, que custeou o evento;

4. o seminário “Brasília Patrimônio da Humanidade”, em conjunto com a Fundação Oscar Niemeyer e UNB.

Participou também o Presidente da ANPR das reuniões organizadas pela Secretaria-Geral do Ministério Público Federal,



SGAS Q. 603 - Bloco A - N.º 23 - Sala 128 - CEP 70.200 - Telefone: 226-6127 - Brasília-DF

sendo a última entre os dias 25 a 27 de abril do corrente, quando houve "reunião técnica de Procuradores-Chefes e Servidores do MPF".

Além disso, o Presidente da ANPR compareceu às Comissões no Congresso Nacional, prestando informações sobre a atuação do Ministério Público Federal. Por exemplo: Comissão do Meio-Ambiente, a convite do seu Presidente, Deputado Fábio Feldemann, e Comissão da Agricultura, convidado pelo Deputado Jonas Pinheiro, Presidente da mesma.

Compete à próxima Diretoria incentivar realização de maior número de conferências, encontros e debates, mormente nos Estados, estimulando a participação dos sócios da ANPR.

**ANPR - PGR, CONSELHO SUPERIOR, CORREGEDORIA-GERAL E SECRETARIA GERAL.**

Pode-se qualificar o relacionamento da atual Diretoria com a Administração da Casa como harmônico. Problemas ocorreram durante a gestão, mas nada mais grave, que pudesse obscurecer a posição da ANPR.

Houve convívio tranquilo com o Procurador-Geral da República, que nunca se negou a comparecer às reuniões solicitadas



pela Diretoria, fazendo-se presente em todos os encontros do Colégio de Delegados. As solicitações e preocupações lhe eram colocadas de maneira clara e objetiva e as divergências foram sempre resolvidas em bom nível. Nem tudo foi possível obter do Procurador-Geral, mas, em compensação, nada do comportamento de Sua Excelência atingiu a Associação.

Houve inclusive a realização de plebiscito, para decidir sobre a proposta - encampada inicialmente pelo Procurador-Geral - a propósito de o Supremo Tribunal Federal participar na escolha do chefe máximo da Instituição, e tudo se resolveu com o respeito à decisão da classe.

No que se refere ao convívio com o Conselho Superior, a ANPR, *sempre atendendo aos reclamos dos colegas*, apresentou requerimentos, questionou práticas, evidenciou os equívocos das atas - a longa citação de votos vencidos -, indagou sobre a morosidade de procedimentos, chegando a criar para os conselheiros, em determinados momentos, alguns incômodos. Contudo, cremos que os próprios conselheiros, com o tempo, sentiram, após participarem dos Encontros Nacionais, que as preocupações da Diretoria da ANPR representavam exatamente as de seus sócios e associados. Aliás, a Diretoria resolveu submeter, inclusive, o assunto "Conselho Superior - limites de atuação e práticas" ao XI Encontro Nacional, o que resultou em propostas, até hoje não implementadas ou aceitas. Algumas delas terão de passar por alterações na Lei Orgânica.

Ao Conselho Superior temos a agradecer o fato de ter aprovado o "lay-out", que possibilitou a ANPR ter sala para abrigar reuniões e a Fundação Pedro Jorge de Melo e Silva.



Quanto à Corregoria-Geral, houve também preocupações, decorrentes do fato de não ter havido, até há pouco, nenhum órgão corregedor na Instituição. Questionou-se muito sobre a forma de encaminhamento das representações, já que, pela Lei Orgânica, qualquer pedido gera, de logo, sindicância. Os colegas não entendiam (e não aceitam) porque estão sendo “sindicados”, ser ser ouvidos com a antecedência necessária. Além disso, algumas práticas adotadas pela Corregedoria, necessitavam, a ver da Diretoria, ser modificadas. Requereu-se ao Conselho Superior a regulamentação de alguns atos, o que foi deferido, em parte.

Nesse campo, a atuação da Diretoria, por intermédio do Presidente da ANPR, foi profícua. Em todos os casos em que foi solicitado pelo colega “sindicado”, esteve ele com o Corregedor-Geral para “tomar pé” da situação e esclarecer a dimensão do “problema” ao sócio. Muitas questões foram resolvidas com o simples conhecimento dos fatos, já que, em matéria de Corregedoria, há informação e contra-informação, o que leva a pensamentos tendenciosos e preconcebidos. O Sr. Corregedor-Geral nunca se negou a prestar qualquer esclarecimento e, sabendo de qualquer interesse da Associação, antecipava as informações, sempre guardando sigilo, é lógico, em questões que colegas sindicados não haviam levado à Associação.

A Secretaria-Geral deu, durante nossa gestão, toda a colaboração possível. Vários problemas foram levados ao colega João Batista, que sempre teve a boa-vontade de colaborar. Este depoimento evidencia, por si só, a necessidade do cargo - Secretário-Geral do MPF - ser ocupado por colega de carreira.





## REMUNERAÇÃO.

Como dito no início, remuneração, apesar de ser o maior problema da classe, não foi o objetivo principal da Diretoria; iniciou seus trabalhos quando a questão havia sido solucionada pela Diretoria encabeçada pelo colega Francisco José Teixeira de Oliveira e encontrava-se a ANPR no início de um processo de revisão constitucional, de implicações gravíssimas. Por isso, todos os esforços foram concentrados em questões institucionais, sem que a Diretoria descurasse de outras reivindicações, como prova o projeto de lei recentemente aprovado.

Como a Diretoria biênio 93/95 sofreu questionamento de vários colegas, ao argumento de que “estava descurando do assunto”, os gráficos anexos, representando os vencimentos dos membros do MPF de junho/89 a fev/95 (e até hoje) mostram que a remuneração dos sócios ANPR estão em níveis superiores à média dos últimos SEIS (6) ANOS.

Os fatos, relativos ao projeto de lei do Procurador-Geral da República, são públicos e notórios, o que nos motiva a não repetir a atuação da Diretoria, que contribuiu efetivamente para o resultado almejado.

ASSISTÊNCIA JURÍDICA aos sócios e associados.



Em todas as oportunidades em que foi solicitada, a Diretoria, biênio 93/95, indicou advogado (ou aceitou a indicação) para defender seus sócios, em cumprimento ao disposto no inc. IV, art. 3º do Estatuto.

#### **CONSELHO FISCAL, CONTAS E PATRIMÔNIO.**

O Conselho Fiscal, escolhido pela Diretoria da Associação após a reforma do Estatuto, desincubiu-se de suas tarefas de maneira exemplar. Presidido pela colega Rúbia (RJ), tendo também a participação de Camarço (Go) e Lúcia (BA), soube esclarecer pontos, pedir explicações e melhorar o nível do trabalho do contador.

Todos os balanços e balancetes foram pormenorizadamente examinados e tudo consta dos pareceres e atas anexos. Aliás, a Diretoria apresenta encarte ao presente, onde constam os mesmos, para melhor exame dos sócios.

O patrimônio ANPR é composto unicamente dos móveis e objetos que guarnecem sua sede, afóra depósitos e aplicações bancárias. Estas também são apresentadas no encarte.



Este, o relatório, em breves palavras, que a Diretoria, que ora encerra suas atividades, presta aos sócios e associados, colocando-se à disposição para outros esclarecimentos.

**DIRETORIA BIÊNIO 1993/1995**

**Presidente: Wagner Gonçalves. Vice-Presidente: Maurício Vieira Bracks. Diretores: Rodrigo Janot Monteiro de Barros; Thaís Graeff; Juvenal César Marques Júnior; Regina Coeli Campos de Menezes; Alvaro Ricardo de Souza Cruz. Suplentes: Jayme Eduardo Machado; Dilton Carlos Eduardo França e Julieta E. Fajardo Cavalcante de Albuquerque.**



**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA**

**SGAS Q. 603 - Bloco A - N.º 23 - Sala 128 - CEP 70.200 - Telefone: 226-6127 - Brasília-DF**

**PARECERES CONSELHO FISCAL**



## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA

SGAS Q. 603 - Bloco A - N.º 23 - Sala 128 - CEP 70.200 - Telefone: 226-6127 - Brasília-DF

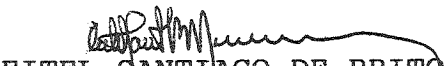
### ATA DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA - ANPR, BIÊNIO 1994/95.

No dia dezanove de abril de mil novecentos e noventa e quatro (19-04-94), na sede da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR, no Edifício da Procuradoria Geral da República, no Distrito Federal, às 10 horas e vinte minutos, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal, abaixo assinados, para tratar de diversos assuntos da competência do Colegiado, com a presença do eminente Presidente da ANPR, colega WAGNER GONÇALVES. Inicialmente, por proposição do Conselheiro Francisco Moreira Camarço, procedeu-se à eleição do Presidente do Conselho, tendo sido escolhida, à unanimidade, a colega RÚBIA MARIA SANTANA THEVENARD, que assumiu de imediato a direção dos trabalhos. Em seguida, após discutida a matéria, decidiu o Conselho, à unanimidade, que as reuniões ordinárias (trimestrais) previstas no art. 31 do Estatuto serão realizadas, nas hipóteses permitidas, através de comunicação telefônica ou por meio de "fax", sendo as respectivas atas lavradas em folhas separadas, as quais serão depois encadernadas, sob a forma de LIVRO, para atender ao disposto no art. 34 do Estatuto da Associação. A seguir, com a presença do Senhor CESÁRIO ALBERTO DE FIGUEIREDO, Contador da ANPR, foi examinado o novo Plano de Contas da Associação, elaborado com a finalidade de torná-lo mais prático e de fácil entendimento, tendo sido sugeridas algumas alterações. Ato contínuo, passou-se ao exame dos BALANCETES MENSASIS da Associação, relativos aos meses de JULHO a DEZEMBRO de 1993. Após ampla discussão e depois de prestadas, pelo Contador, as informações havidas como necessárias pelos Conselheiros, foram aprovados, um a um, os referidos BALANCETES MENSASIS dos meses de JULHO, AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO, NOVEMBRO e DEZEMBRO de 1993, à unanimidade. Durante a realização dos trabalhos, o local em que foram realizados foi visitado pelo Dr. ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA, eminente Procurador-Geral da República, e por outros ilustres colegas. Após dar ciência ao Presidente da Associação da aprovação dos BALANCETES antes referidos, a Presidente agradeceu a presença dos Conselheiros, dando por encerrada a reunião, às 16 horas e 30 minutos. Para os devidos fins, foi lavrada esta ata, que vai assinada por todos os presentes, à exceção do colega ROBERTO LUÍS OPPERMANN THOMÉ, que se ausentou antes da respectiva lavratura, em que pese haver participado de todas as fases dos trabalhos.

  
RÚBIA MARIA SANTANA THEVENARD

  
LÚCIA MARIA DE ANDRADE FERRAZ

  
FRANCISCO MOREIRA CAMARÇO

  
EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA



## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA

SGAS Q. 603 - Bloco A - N.º 23 - Sala 128 - CEP 70.200 - Telefone: 226-6127 - Brasília-DF

### ATA DA 2ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA - ANPR, BIÊNIO 1994/95.

No dia vinte e dois de março de hum mil novecentos e noventa e cinco (22-03-95), na sede da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR, no Edifício da Procuradoria Geral da República, em Brasília-DF, às 10:00 horas, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal da Associação, sob a presidência da colega RÚBIA MARIA SANTANA THEVENARD, presentes, também, os colegas LÚCIA MARIA DE ANDRADE FERRAZ e FRANCISCO MOREIRA CAMARÇO. Aberta a reunião, a Presidente do Conselho concedeu a palavra ao Sr. CESÁRIO ALBERTO DE FIGUEIREDO, Contador da Associação, para prestar ao Colegiado as informações julgadas necessárias para o bom desempenho dos trabalhos. Em seguida, o Conselho passou a examinar o BALANÇO PATRIMONIAL do exercício de 1993, aprovando-o sem restrições, por unanimidade. Ato contínuo, dedicou-se o Conselho ao exame dos BALANCETES de JANEIRO a DEZEMBRO de 1994, verificando um a um, bem como o Livro Razão Analítico e a documentação que serviu de base aos lançamentos contábeis, o que foi feito até às 19:30 horas, com pequeno intervalo para o almoço. No dia seguinte (23-03-95), às 09:00 horas, os trabalhos foram reiniciados, tendo o Conselho aprovado, à unanimidade, os BALANCETES da ANPR, de JANEIRO a DEZEMBRO do exercício de 1994, determinando, porém, para o fim de regularizar os Grupos de Contas Adiantamento a Terceiros e Banco C/Empréstimo, do Ativo, fossem cumpridas pela Diretoria as seguintes exigências: a) obtenção da documentação fiscal hábil à comprovação das seguintes despesas: 1) pagamentos efetuados à VOETUR TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA, através dos cheques nºs 087761 e 087763, de R\$ 2.091,36 e R\$ 2.164,24, de 23-09-94 e 29-09-94, respectivamente, a cargo do BANESPA; 2) pagamentos feitos, em diversos meses, à AGÊNCIA BRASILEIRA DE RADIOJORNALISMO - ABR LTDA, no valor total de R\$ 5.095,50; 3) pagamento feito em 18-04-94, através do cheque nº 108361, de Cr\$ 65.000,00, a cargo do BANESPA; 4) pagamento feito em 17-05-94, no valor de Cr\$ 139.000,00, através do cheque nº 108363, sacado contra o BANESPA; 5) pagamento feito a PAULO ROBERTO DE MELLO (BBTUR), no valor de R\$ 66,00, referente ao cheque nº 838529, de 24-10-94, referente a taxas de embarque de autoridades convidadas e dos coordenadores do XI Encontro Nacional dos Procuradores da República, realizado em Fortaleza-CE. Deliberou o Conselho, ainda, determinar também: 1) a regularização dos Grupos de Contas Banco C/Movimento e Aplicação de Curto Prazo, mediante a conciliação com os extratos bancários do mês de dezembro de 1994; 2) apropriação, como receita, na Conta Recuperação de Despesas, dos valores constantes das Contas de Passivo incluídas no Grupo Bancos C/Empréstimo. A seguir, o Conselho deliberou



recomendar à Diretoria que, para os próximos exercícios, adote os procedimentos a seguir enumerados: 1) sejam protocolados, discriminadamente, todos os documentos remetidos ao Contador da Associação; 2) sejam feitas as seguintes mudanças no Plano de Contas: a) os valores pagos à AMIL e posteriormente recolhidos dos associados, sejam classificados separadamente em uma Conta do Ativo; b) as despesas com o Encontro Nacional dos Procuradores da República sejam agrupadas em Centro de Custos específico, para melhor demonstração nos Balancetes e Balanços da Associação. Finalmente, recomendar que, tão logo possível, seja feita a correção monetária do Ativo Permanente. Às 11:45 horas do dia 23-04-95, nada mais havendo a ser discutido, a Presidente do Conselho convocou nova reunião para o dia 04 de maio do corrente ano, para exame do BALANÇO de 1994 e dos BALANCETES de JANEIRO a ABRIL de 1995, dando por encerrados os trabalhos e ordenando fosse lavrada a presente Ata, que vai assinada por todos, aprovada que foi.

RÚBIA MARIA SANTANA THEVENARD - Presidente

LÚCIA MARIA DE ANDRADE FERRAZ - Membro

FRANCISCO MOREIRA CAMARÇO - Membro



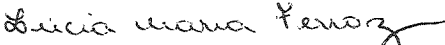
## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA

SGAS Q. 603 - Bloco A - N.º 23 - Sala 128 - CEP 70.200 - Telefone: 226-6127 - Brasília-DF

### ATA DA 3ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA - ANPR, BIÊNIO 1994/95.

No dia 04 de maio de 1995, na sede da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR, no Edifício da Procuradoria Geral da República, em Brasília-DF, às 10:00 horas, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal da Associação, sob a presidência da colega RÚBIA MARIA SANTANA THEVENARD, presentes, também, os membros LÚCIA MARIA DE ANDRADE FERRAZ e FRANCISCO MOREIRA CAMARÇO. Aberta a reunião, a Presidente do Conselho convidou o Sr. JOSÉ RUBENS DE MELLO, Secretário-Executivo da ANPR, na ausência do Contador, para prestar informações sobre as questões e recomendações lançadas na Ata da 2ª reunião do Conselho Fiscal, realizada em 22-03-95. Com a palavra, o Secretário-Executivo explicou que as exigências e recomendações anteriormente mencionadas foram cumpridas pela Diretoria da Associação, referindo-se a cada uma delas, sendo as explicações consideradas suficientes pelos membros do Colegiado. Em seguida, passou-se ao exame do BALANÇO GERAL DE 1994, levantado em 31-12-94, que se fez acompanhado do DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS. Após minucioso exame, o Conselho o declarou aprovado, por unanimidade, rubricando-o. Ato contínuo, foram examinados, separadamente, os BALANCETES levantados em 31-01-95, 28-02-95, 31-03-95 e 30-04-95, tendo sido verificada a documentação pertinente e prestados os devidos esclarecimentos pelo Secretário-Executivo da Associação. Submetidos a votação, o Conselho, também por unanimidade, os declarou aprovados, rubricando-os, ficando ressalvadas, com referência ao mês de ABRIL, eventuais conciliações bancárias a serem procedidas. Deliberou, finalmente, sugerir à Diretoria da Associação remeter mensalmente aos integrantes do Conselho Fiscal demonstrativo detalhado das aplicações financeiras que fizer, nos moldes do que hoje foi apresentado. Às 16:00 horas, nada mais havendo a ser discutido, a Presidente do Conselho declarou encerrada a reunião, agradecendo a presença dos demais integrantes do Colegiado. Para constar, foi lavrada esta Ata, que vai assinada por todos.

  
RÚBIA MARIA SANTANA THEVENARD

  
LÚCIA MARIA DE ANDRADE FERRAZ

  
FRANCISCO MOREIRA CAMARÇO





**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA**

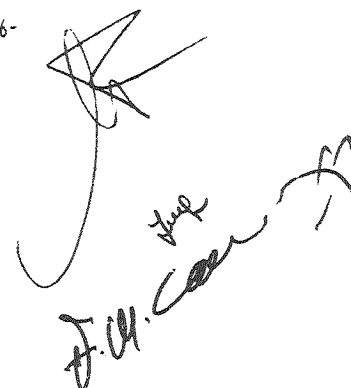
**SGAS Q. 603 - Bloco A - N.º 23 - Sala 128 - CEP 70.200 - Telefone: 226-6127 - Brasília-DF**

**BALANÇO 31 - 12 - 94**

1	A T I V O		164.843.94
1.0	CIRCULANTE		164.778.25
1.0.0	DISPONIBILIDADES		164.778.25
1.0.0.0	CAIXA		224.21
1.0.0.00.0.001.4	CAIXA GERAL	224.21	
1.0.0.1	BANCO CONTA MOVIMENTO		12.133.37
1.0.0.10.0.002.0	BANCO DO ESTADO S.PAULO C/C 1300483.3	306.88	
1.0.0.10.0.004.4	BANCO REAL S/A C/C 870.730.3	1.24	
1.0.0.10.0.005.6	BANCO DO BRASIL S/S C/C 221.282-X	69.48	
1.0.0.10.0.006.8	BANCO DO ESTADO S.PAULO C/C 13001896.0	11.755.77	
1.0.0.2	APLICACAO DE CURTO PRAZO		27.099.39
1.0.0.20.0.003.7	BCO.DO EST.S.PAULO C/1300483.3 FBM	17.554.26	
1.0.0.20.0.005.0	BCO. EST. S.PAULO C/1300483-3 FBI	92.80	
1.0.0.20.0.006.2	BANCO DO BRASIL S/A C/C 221.282-X	9.452.33	
1.0.0.3	BANCOS C/POUPANCA		125.284.92
1.0.0.30.0.002.0	BANCO DO ESTADO DE S.PAULO C/600076834	3.565.38	
1.0.0.30.0.005.5	BCO.DO ESTADO S.PAULO C/C 08260010123-5	92.119.87	
1.0.0.30.0.007.9	B.B. C/C 010.221.282.X	29.599.67	
1.0.0.5	ADIANTAMENTO A TERCEIROS		36.36
1.0.0.50.0.001.7	FUNDACAO PROC.PEDRO JORGE	36.36	
1.2	P E R M A N E N T E		65.69
1.2.1	INVESTIMENTOS		26.34
1.2.1.0	ACOES		26.34
1.2.1.00.0.001.3	BANCO DO BRASIL	26.34	
1.2.2	IMOBILIZADO		39.35
1.2.2.0	MOVEIS E UTENSILIOS		1.65
1.2.2.00.0.001.7	MOVEIS E UTENSILIOS	1.52	
1.2.2.00.0.002.9	REAVLICACAO	0.13	
1.2.2.1	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		0.05
1.2.2.10.0.001.1	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	0.03	
1.2.2.10.0.002.3	REAVLIACAO	0.02	
1.2.2.2	DIREITO LINHA TELEFONICA		1.48
1.2.2.20.0.001.6	LINHA TELEFONICA	1.48	
1.2.2.3	SISTEMA PROC.ELETRONICO		36.17
1.2.2.30.0.001.0	COMPUTADORES E PERIFERICOS	29.91	
1.2.2.30.0.002.2	FAX SIMILE	0.29	
1.2.2.30.0.003.4	SOFTWARE	2.63	
1.2.2.30.0.004.6	TELEVISORES	3.34	
2	P A S S I V O		164.843.94-
2.0	EXIGIVEL		525.58-

*J. A. Costa*  
*Sup*

2.0.0	CIRCULANTE		525.58-
2.0.0.1	OBRIGACOES FISCAIS E SOCIAIS		525.58-
2.0.0.10.0.001.0	I.M.S.S.	417.35-	
2.0.0.10.0.005.8	I.R.R.F. NAO ASSALARIADO	2.92-	
2.0.0.10.0.006.0	I.S.S.	105.31-	
2.2	PATRIMONIO SOCIAL		164.318.36-
2.2.0	PATRIMONIO LIQUIDO		164.318.36-
2.2.0.1	RESERVAS ESTATUTARIAS		0.55-
2.2.0.10.0.001.6	PECULIO	0.55-	
2.2.0.2	RESERVAS DE REAVLICAO		0.25-
2.2.0.20.0.001.0	IMOBILIZADO	0.25-	
2.2.0.3	RESULTADO		164.317.56-
2.2.0.30.0.001.5	SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCICIO	149.145.15-	
2.2.0.30.0.002.7	SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULADO	15.172.41-	

  
F. C. C. <sup>Sup</sup>

Numero da Conta	D e s c r i c a o	V a l o r
0.0.0.00.0.018.9	SALARIOS E ORDENADOS	4.642.01-
0.0.0.00.0.020.9	FERIAS	263.79-
0.0.0.00.0.043.9	F.G.T.S.	456.73-
0.0.0.00.0.055.9	I.N.S.S.	1.897.39-
0.0.0.00.0.067.9	13 SALARIO	632.76-
	T o t a l d o G r u p o	7.892.68-
0.0.1.00.0.012.9	ANUNCIOS E PUBLICACOES	374.05-
0.0.1.00.0.024.9	MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.755.50-
0.0.1.00.0.036.9	LANCHES E REFEICOES	1.747.73-
0.0.1.00.0.048.9	TRANSPORTES URBANOS	33.00-
0.0.1.00.0.050.9	TELEFONE/FAX	2.943.71-
0.0.1.00.0.061.9	FOTOCOPIAS E AUTENTICACOES	681.45-
0.0.1.00.0.073.9	JORNAIS E REVISTAS	479.38-
0.0.1.00.0.085.9	EMOLUMENTOS CARTORIAIS	9.84-
0.0.1.00.0.097.9	CONSERVACAO E MANUTENCAO	1.049.34-
0.0.1.00.0.109.9	VALE TRANSPORTE	1.090.95-
0.0.1.00.0.122.9	CONVENIOS MEDICOS	8.289.59-
0.0.1.00.0.146.9	PORTES,TELEGRAMA E TELEX	1.377.66-
0.0.1.00.0.158.9	DESPESAS ASSISTENCIAIS	9.81-
0.0.1.00.0.160.9	VARIACAO MONETARIA PASSIVA	150.49-
0.0.1.00.0.171.9	TAXAS	13.89-
0.0.1.00.0.183.9	DESPESAS DIVERSAS	2.70-
0.0.1.00.0.195.9	DESPESAS NAO DEDUTIVEIS	107.19-
	T o t a l d o G r u p o	20.116.28-
0.0.2.00.0.017.9	PIS S/FOLHA DE PAGAMENTO	48.92-
0.0.2.00.0.030.9	I.O.F. S/FBN-BANESPA	1.242.28-
0.0.2.00.0.054.9	I.R. S/CDB/RDB BANESPA	2.605.64-
0.0.2.00.0.078.9	I.R. S/FBN-BANESPA	608.85-
0.0.2.00.0.080.9	A.I.R. S/FBN-BANESPA	26.10-
0.0.2.00.0.091.9	I.R.F. S/FAF B.B.	201.54-
0.0.2.00.0.115.9	I.R. FAF REAL	329.02-
0.0.2.00.0.139.9	IPMF BANESPA	1.558.13-
0.0.2.00.0.140.9	IOF S/ FBI BANESPA	2.36-
0.0.2.00.0.164.9	IPMF BCO. DO BRASIL S/A	323.15-
0.0.2.00.0.176.9	IOF BCO. DO BRASIL	2.05-
	T o t a l d o G r u p o	6.948.04-
0.0.3.00.0.011.9	JUROS E MULTAS	158.01-
0.0.3.00.0.023.9	DESPESAS BANCARIAS	45.78-
0.0.3.00.0.035.9	CONVERSAD CRUZEIRO REAL/REAL	4.03-
	T o t a l d o G r u p o	207.82-
0.0.5.00.0.010.9	PRESTACAO DE SERVICOS-PF	3.011.57-
0.0.5.00.0.022.9	PRESTACAO DE SERVICOS-PJ	6.861.29-
	T o t a l d o G r u p o	9.872.86-

*F. U. C. A. S.*  
*[Handwritten signature]*

Numero da Conta	D e s c r i c a o	V a l o r
	T o t a l d o G r u p o	9.872.86-
2.0.0.00.0.013.9	COMEMORACOES E HOMENAGENS	3.831.77-
2.0.0.00.0.037.9	CONGRESSOS E REUNIOES	4.457.23-
2.0.0.00.0.049.9	PASSAGENS AEREA	31.785.10-
2.0.0.00.0.050.9	HOSPEDAGENS	99.694.16-
2.0.0.00.0.062.9	CONTRIBUICOES ESTATURARIAS	10.668.60-
2.0.0.00.0.074.9	LANCHES E REFEICOES	8.071.24-
2.0.0.00.0.086.9	TRANSPORTE URBANO	5.521.87-
2.0.0.00.0.100.9	PECULIO	20.674.76-
2.0.0.00.0.111.9	FOTOCOPIAS/AUTENTICACOES/REGISTROS	329.98-
2.0.0.00.0.123.9	SERV.PRESTADOS-PESSOA FISICA	1.436.76-
2.0.0.00.0.147.9	MATERIAL DE CONSUMO	18.830.10-
2.0.0.00.0.159.9	CONVENIO MEDICO	36.539.28-
2.0.0.00.0.160.9	DESPESAS ASSISTENCIAIS	1.098.99-
2.0.0.00.0.184.9	DESPESA C/ VEICULOS	5.45-
2.0.0.00.0.196.9	IMPRESAO DE BOLETINS	3.668.00-
2.0.0.00.0.208.9	SERV. FOTOGRAFICOS E REVELACOES	22.96-
2.0.0.00.0.210.9	HONORARIOS ADVOCATICIOS	3.447.50-
2.0.0.00.0.221.9	REEMBOLSO	1.508.43-
2.0.0.00.0.233.9	SERV. PREST.P.JUR.	3.000.00-
2.0.0.00.0.245.9	DESPESAS DIVERSAS	2.813.70-
	T o t a l d o G r u p o	257.405.88- ✓
0.0.0.00.0.010.9	ATIVOS	108.540.48
0.0.0.00.0.021.9	INATIVOS	24.196.01
0.0.0.00.0.033.9	PECULIO	6.510.05
0.0.0.00.0.045.9	CONVENIOS	46.322.67
	T o t a l d o G r u p o	185.569.21
0.0.2.00.0.019.9	F.A.F. BANCO DO BRASIL S/A	6.111.53
0.0.2.00.0.020.9	F.B.N. BANESPA	12.826.73
0.0.2.00.0.032.9	POUPANCA-CAIXA	40.851.78
0.0.2.00.0.044.9	F.A.F. BANCO REAL	5.860.95
0.0.2.00.0.070.9	RDB/CDB BANESPA	87.730.01
0.0.2.00.0.081.9	POUPANCA-BANESPA	15.193.97
0.0.2.00.0.093.9	FBI BANESPA	88.01
0.0.2.00.0.105.9	RDB/CDB BCO DO BRASIL	19.309.18
0.0.2.00.0.117.9	B.B. POUPANCA	2.580.98
	T o t a l d o G r u p o	190.553.14
0.0.3.00.0.013.9	VARIACOES MONETARIA ATIVAS	1.42
0.0.3.00.0.025.9	RECUPERACAO DE DESPESAS	2.725.46
0.0.3.00.0.037.9	DIVIDENDOS	31.84
0.0.3.00.0.050.9	TAXA DE INSCRICAO	10.907.64
0.0.3.00.0.062.9	PATROCINIO	61.800.00
	T o t a l d o G r u p o	75.466.36

*Falcao*  
*[Handwritten signature]*

Demonstrativo de Resultados - (C55)  
ASSOC.NAC.PROC.DA REPUBLICA

Pagina... 00003  
dd/mm/aa. 31/12/94

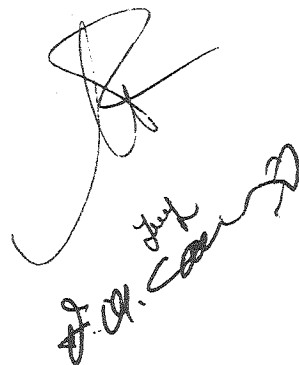
---

Numero da Conta	D e s c r i c a o	V a l o r
-----------------	-------------------	-----------

---

	Lucro Liquido Apurado no Exercicio	149.145.15
--	------------------------------------	------------

---



A large, stylized handwritten signature is present on the right side of the page. Below it, the date "31.12.94" is written in a cursive hand.



**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA**

**SGAS Q. 603 - Bloco A - N.º 23 - Sala 128 - CEP 70.200 - Telefone: 226-6127 - Brasília-DF**

**BALANCETES  
JANEIRO A ABRIL / 95**

Conta	Descricao	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo	Data Lct
1	ATIVO	164.843.94	93.968.69	99.221.01	159.591.62	20/01/95
1.0	CIRCULANTE	164.778.25	74.267.74	79.520.06	159.525.93	05/01/95
1.0.0	DISPONIBILIDADES	164.778.25	74.267.74	79.520.06	159.525.93	05/01/95
1.0.0.0	CAIXA	224.21	0.00	0.00	224.21	30/11/94
1.0.0.00.0.001.4	CAIXA GERAL	224.21	0.00	0.00	224.21	30/11/94
1.0.0.1	BANCO CONTA MOVIMENTO	12.133.37	40.191.25	39.425.55	12.899.07	31/01/95
1.0.0.10.0.002.0	BANCO DO ESTADO S.PAULO C/C 1300483.3	306.88	39.995.33	39.425.55	876.66	31/01/95
1.0.0.10.0.004.4	BANCO REAL S/A C/C 870.730.3	1.24	0.00	0.00	1.24	07/10/94
1.0.0.10.0.005.6	BANCO DO BRASIL S/S C/C 221.282-X	69.48	130.58	0.00	200.06	31/01/95
1.0.0.10.0.006.8	BANCO DO ESTADO S.PAULO C/C 13001896.0	11.755.77	65.34	0.00	11.821.11	31/01/95
1.0.0.2	APLICACAO DE CURTO PRAZO	27.099.39	11.966.88	17.783.50	21.282.77	31/01/95
1.0.0.20.0.003.7	BCO.DO EST.S.PAULO C/1300483.3 FBN	17.554.26	11.720.83	17.775.10	11.499.99	31/01/95
1.0.0.20.0.005.0	BCO. EST. S.PAULO C/1300483-3 FBI	92.80	3.30	0.29	95.81	31/01/95
1.0.0.20.0.006.2	BANCO DO BRASIL S/A C/C 221.282-X	9.452.33	242.75	8.11	9.686.97	31/01/95
1.0.0.3	BANCOS C/POUPANCA	125.284.92	3.867.34	4.068.74	125.083.52	20/01/95
1.0.0.30.0.002.0	BANCO DO ESTADO DE S.PAULO C/600076834	3.565.38	104.50	7.91	3.661.97	31/01/95
1.0.0.30.0.005.5	BCO.DO ESTADO S.PAULO C/C 08260010123-5	92.119.87	2.806.22	4.060.83	90.865.26	31/01/95
1.0.0.30.0.007.9	B.B. C/C 010.221.282.X	29.599.67	956.62	0.00	30.556.29	20/01/95
1.0.0.5	ADIANTAMENTO A TERCEIROS	36.36	0.00	0.00	36.36	14/12/94
1.0.0.50.0.001.7	FUNDACAO PROC.PEDRO JORGE	36.36	0.00	0.00	36.36	30/06/94
1.0.0.6	CONTRIBUICOES A RECEBER	0.00	18.242.27	18.242.27	0.00	05/01/95
1.0.0.60.0.002.3	ATIVOS	0.00	10.944.45	10.944.45	0.00	20/01/95
1.0.0.60.0.003.5	INATIVOS	0.00	2.515.59	2.515.59	0.00	20/01/95
1.0.0.60.0.004.7	CONVENIOS	0.00	4.782.23	4.782.23	0.00	05/01/95
1.2	PERMANENTE	65.69	19.700.95	19.700.95	65.69	20/01/95
1.2.1	INVESTIMENTOS	26.34	0.00	0.00	26.34	30/06/94
1.2.1.0	ACOES	26.34	0.00	0.00	26.34	30/06/94
1.2.1.00.0.001.3	BANCO DO BRASIL	26.34	0.00	0.00	26.34	30/06/94
1.2.2	INOBILIZADO	39.35	0.00	0.00	39.35	00/00/00
1.2.2.0	MOVEIS E UTENSILIOS	1.65	0.00	0.00	1.65	30/01/94
1.2.2.00.0.001.7	MOVEIS E UTENSILIOS	1.52	0.00	0.00	1.52	30/06/94
1.2.2.00.0.002.9	REAVLICACAO	0.13	0.00	0.00	0.13	30/06/94
1.2.2.1	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	0.05	0.00	0.00	0.05	00/00/00
1.2.2.10.0.001.1	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	0.03	0.00	0.00	0.03	00/00/00
1.2.2.10.0.002.3	REAVALIACAO	0.02	0.00	0.00	0.02	30/06/94
1.2.2.2	DIREITO LINHA TELEFONICA	1.48	0.00	0.00	1.48	30/06/94
1.2.2.20.0.001.6	LINHA TELEFONICA	1.48	0.00	0.00	1.48	30/06/94
1.2.2.3	SISTEMA PROC.ELETRONICO	36.17	0.00	0.00	36.17	30/06/94



Conta	Descricao	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo	Data Lct
1.2.2.30.0.001.0	COMPUTADORES E PERIFERICOS	29.91	0.00	0.00	29.91	30/06/94
1.2.2.30.0.002.2	FAX SIMILE	0.29	0.00	0.00	0.29	30/06/94
1.2.2.30.0.003.4	SOFTWARE	2.63	0.00	0.00	2.63	30/06/94
1.2.2.30.0.004.6	TELEVISORES	3.34	0.00	0.00	3.34	30/06/94
1.2.3	DIFERIDO	0.00	19.700.95	19.700.95	0.00	20/01/95
1.2.3.2	OUTRAS CONTAS	0.00	19.700.95	19.700.95	0.00	20/01/95
1.2.3.20.0.001.0	CONTAS A CLASSIFICAR	0.00	19.700.95	19.700.95	0.00	20/01/95
2	P A S S I V O	164.843.94-	5.760.94	5.501.19	164.584.19-	31/01/95
2.0	EXIGIVEL	525.58-	5.760.94	5.501.19	265.83-	31/01/95
2.0.0	CIRCULANTE	525.58-	5.760.94	5.501.19	265.83-	31/01/95
2.0.0.0	FORNECEDORES	0.00	4.782.28	4.782.23	0.05	11/01/95
2.0.0.00.0.001.6	AMIL	0.00	4.782.28	4.782.23	0.05	11/01/95
2.0.0.1	OBRIGACOES FISCAIS E SOCIAIS	525.58-	524.53	264.83	265.88-	24/01/95
2.0.0.10.0.001.0	I.N.S.S.	417.35-	417.35	208.68	208.68-	31/01/95
2.0.0.10.0.002.2	F.G.T.S.	0.00	0.00	40.21	40.21-	11/01/95
2.0.0.10.0.005.8	I.R.R.F. NAO ASSALARIADO	2.92-	2.92	2.92	2.92-	05/01/95
2.0.0.10.0.006.0	I.S.S.	105.31-	104.26	8.00	9.05-	31/01/95
2.0.0.10.0.007.1	P.I.S. S/FOLHA PAGAMENTO	0.00	0.00	5.02	5.02-	24/01/95
2.0.0.2	PESSOAL	0.00	454.13	454.13	0.00	31/01/95
2.0.0.20.0.001.5	SALARIOS	0.00	454.13	454.13	0.00	31/01/95
2.2	PATRIMONIO SOCIAL	164.318.36-	0.00	0.00	164.318.36-	30/12/94
2.2.0	PATRIMONIO LIQUIDO	164.318.36-	0.00	0.00	164.318.36-	30/12/94
2.2.0.1	RESERVAS ESTATUTARIAS	0.55-	0.00	0.00	0.55-	30/06/94
2.2.0.10.0.001.6	PECULIO	0.55-	0.00	0.00	0.55-	30/06/94
2.2.0.2	RESERVAS DE REAVALICAO	0.25-	0.00	0.00	0.25-	30/06/94
2.2.0.20.0.001.0	IMOBILIZADO	0.25-	0.00	0.00	0.25-	30/06/94
2.2.0.3	RESULTADO	164.317.56-	0.00	0.00	164.317.56-	30/12/94
2.2.0.30.0.001.5	SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCICIO	149.145.15-	0.00	0.00	149.145.15-	30/12/94
2.2.0.30.0.002.7	SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULADO	15.172.41-	0.00	0.00	15.172.41-	30/12/94
3	D E S P E S A S	0.00	22.982.76	0.00	22.982.76	20/01/95
3.0	DESPESAS OPERACIONAIS	0.00	20.372.07	0.00	20.372.07	20/01/95
3.0.0	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0.00	20.372.07	0.00	20.372.07	20/01/95
3.0.0.0	DESPESAS C/PESSOAL	0.00	703.02	0.00	703.02	09/01/95
3.0.0.00.0.001.8	SALARIOS E ORDENADOS	0.00	502.65	0.00	502.65	31/01/95
3.0.0.00.0.004.3	F.G.T.S.	0.00	40.21	0.00	40.21	31/01/95
3.0.0.00.0.005.5	I.N.S.S.	0.00	160.16	0.00	160.16	09/01/95
3.0.0.1	DESPESAS GERAIS	0.00	19.133.62	0.00	19.133.62	31/01/95

Conta	Descricao	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo	Data Let
3.0.0.10.0.001.2	ANUNCIOS E PUBLICACOES	0.00	18.811.44	0.00	18.811.44	27/01/95
3.0.0.10.0.005.0	TELEFONE/FAX	0.00	285.81	0.00	285.81	05/01/95
3.0.0.10.0.014.6	PORTES,TELEGRAMA E TELEX	0.00	28.32	0.00	28.32	11/01/95
3.0.0.10.0.016.0	VARIACAO MONETARIA PASSIVA	0.00	8.05	0.00	8.05	31/01/95
3.0.0.2	IMPOSTOS,TAXAS,CONTRIBUICOES	0.00	104.23	0.00	104.23	11/01/95
3.0.0.20.0.001.7	PIS S/FOLHA DE PAGAMENTO	0.00	5.02	0.00	5.02	31/01/95
3.0.0.20.0.007.8	I.R. S/FBN-BANESPA	0.00	22.04	0.00	22.04	31/01/95
3.0.0.20.0.014.0	IOF S/ FBI BANESPA	0.00	0.29	0.00	0.29	31/01/95
3.0.0.20.0.018.8	IOF BANESPA	0.00	0.03	0.00	0.03	31/01/95
3.0.0.20.0.019.0	IR S/POUPANCA	0.00	68.74	0.00	68.74	31/01/95
3.0.0.20.0.021.3	IR S/BB CURTO PRAZO	0.00	8.11	0.00	8.11	11/01/95
3.0.0.3	DESPESAS FINANCEIRAS	0.00	76.60	0.00	76.60	05/01/95
3.0.0.30.0.001.1	JUROS E MULTAS	0.00	71.43	0.00	71.43	31/01/95
3.0.0.30.0.002.3	DESPESAS BANCARIAS	0.00	5.17	0.00	5.17	05/01/95
3.0.0.5	SERVICOS DE TERCEIROS	0.00	354.60	0.00	354.60	20/01/95
3.0.0.50.0.001.0	PRESTACAO DE SERVICOS-PF	0.00	160.00	0.00	160.00	11/01/95
3.0.0.50.0.002.2	PRESTACAO DE SERVICOS-PJ	0.00	194.60	0.00	194.60	20/01/95
3.2	DESPESAS SOCIAIS	0.00	2.610.69	0.00	2.610.69	20/01/95
3.2.0.0	DESPESAS SOCIAIS	0.00	2.610.69	0.00	2.610.69	20/01/95
3.2.0.00.0.004.9	PASSAGENS AEREA	0.00	1.251.62	0.00	1.251.62	09/01/95
3.2.0.00.0.006.2	CONTRIBUICOES ESTATUARIAS	0.00	1.359.07	0.00	1.359.07	20/01/95
4	R E C E I T A S	0.00	0.00	17.990.19	17.990.19	31/01/95
4.0	RECEITAS OPERACIONAIS	0.00	0.00	17.990.19	17.990.19	31/01/95
4.0.0	RECEITAS DE CONTRIBUICOES	0.00	0.00	17.990.19	17.990.19	31/01/95
4.0.0.0	CONTRIBUICOES	0.00	0.00	13.655.96	13.655.96	31/01/95
4.0.0.00.0.001.0	ATIVOS	0.00	0.00	10.944.45	10.944.45	20/01/95
4.0.0.00.0.002.1	INATIVOS	0.00	0.00	2.711.51	2.711.51	31/01/95
4.0.0.2	RECEITAS FINANCEIRAS	0.00	0.00	4.334.22	4.334.22	31/01/95
4.0.0.20.0.002.0	F.B.M. BANESPA	0.00	0.00	220.83	220.83	31/01/95
4.0.0.20.0.008.1	POUPANCA-BANESPA	0.00	0.00	2.910.72	2.910.72	31/01/95
4.0.0.20.0.009.3	FBI BANESPA	0.00	0.00	3.30	3.30	31/01/95
4.0.0.20.0.011.7	B.B. POUPANCA	0.00	0.00	956.62	956.62	31/01/95
4.0.0.20.0.012.9	B.B.CURTO PRAZO	0.00	0.00	242.75	242.75	31/01/95
4.0.0.3	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0.00	0.00	0.01	0.01	31/01/95
4.0.0.30.0.001.3	VARIACOES MONETARIA ATIVAS	0.00	0.00	0.01	0.01	31/01/95

*F. M. Costa*

Conta	Descrição	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo	Data Lct
1	A T I V O	159.591.62	170.915.25	166.138.62	164.368.25	15/02/95
1.0	CIRCULANTE	159.525.93	162.811.81	160.515.18	161.822.56	16/02/95
1.0.0	DISPONIBILIDADES	159.525.93	162.811.81	160.515.18	161.822.56	16/02/95
1.0.0.0	CAIXA	224.21	0.00	0.00	224.21	30/11/94
1.0.0.00.0.001.4	CAIXA GERAL	224.21	0.00	0.00	224.21	30/11/94
1.0.0.1	BANCO CONTA MOVIMENTO	12.899.07	73.791.31	86.479.08	211.30	28/02/95
1.0.0.10.0.002.0	BANCO DO ESTADO S.PAULO C/C 1300483.3	876.66	73.791.31	74.657.97	10.00	20/02/95
1.0.0.10.0.004.4	BANCO REAL S/A C/C 870.730.3	1.24	0.00	0.00	1.24	07/10/94
1.0.0.10.0.005.6	BANCO DO BRASIL S/S C/C 221.282-X	200.06	0.00	0.00	200.06	31/01/95
1.0.0.10.0.006.8	BANCO DO ESTADO S.PAULO C/C 13001896.0	11.821.11	0.00	11.821.11	0.00	28/02/95
1.0.0.2	APLICACAO DE CURTO PRAZO	21.282.77	60.299.09	10.281.84	71.300.02	01/02/95
1.0.0.20.0.002.5	BCO.EST.S.PAULO C/1300483.3 COB/RDB	0.00	60.000.00	0.00	60.000.00	28/02/95
1.0.0.20.0.003.7	BCO.DO EST.S.PAULO C/1300483.3 FBN	11.499.99	296.28	10.281.84	1.514.43	28/02/95
1.0.0.20.0.005.0	BCO. EST. S.PAULO C/1300483-3 FBI	95.81	2.81	0.00	98.62	01/02/95
1.0.0.20.0.006.2	BANCO DO BRASIL S/A C/C 221.282-X	9.686.97	0.00	0.00	9.686.97	31/01/95
1.0.0.3	BANCOS C/POUPANCA	125.083.52	3.499.86	60.264.62	68.318.76	01/02/95
1.0.0.30.0.002.0	BANCO DO ESTADO DE S.PAULO C/600076834	3.661.97	102.56	10.24	3.754.29	28/02/95
1.0.0.30.0.005.5	BCO.DO ESTADO S.PAULO C/C 08260010123-5	90.865.26	2.543.93	60.254.38	33.154.81	28/02/95
1.0.0.30.0.007.9	B.B. C/C 010.221.282.X	30.556.29	853.37	0.00	31.409.66	01/02/95
1.0.0.5	ADIANTAMENTO A TERCEIROS	36.36	0.00	0.00	36.36	14/12/94
1.0.0.50.0.001.7	FUNDACAO PROC.PEDRO JORGE	36.36	0.00	0.00	36.36	30/06/94
1.0.0.6	CONTRIBUICOES A RECEBER	0.00	25.221.55	3.489.64	21.731.91	16/02/95
1.0.0.60.0.002.3	ATIVOS	0.00	16.619.35	2.837.45	13.781.90	01/02/95
1.0.0.60.0.003.5	INATIVOS	0.00	3.819.97	652.19	3.167.78	15/02/95
1.0.0.60.0.004.7	CONVENIOS	0.00	4.782.23	0.00	4.782.23	16/02/95
1.2	P E R M A N E N T E	65.69	8.103.44	5.623.44	2.545.69	15/02/95
1.2.1	INVESTIMENTOS	26.34	0.00	0.00	26.34	30/06/94
1.2.1.0	ACOES	26.34	0.00	0.00	26.34	30/06/94
1.2.1.00.0.001.3	BANCO DO BRASIL	26.34	0.00	0.00	26.34	30/06/94
1.2.2	IMOBILIZADO	39.35	2.480.00	0.00	2.519.35	01/02/95
1.2.2.0	MOVEIS E UTENSILIOS	1.65	0.00	0.00	1.65	30/06/94
1.2.2.00.0.001.7	MOVEIS E UTENSILIOS	1.52	0.00	0.00	1.52	30/06/94
1.2.2.00.0.002.9	REAVALIACAO	0.13	0.00	0.00	0.13	30/06/94
1.2.2.1	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	0.05	2.480.00	0.00	2.480.05	01/02/95
1.2.2.10.0.001.1	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	0.03	2.480.00	0.00	2.480.03	01/02/95
1.2.2.10.0.002.3	REAVALIACAO	0.02	0.00	0.00	0.02	30/06/94
1.2.2.2	DIREITO LINHA TELEFONICA	1.48	0.00	0.00	1.48	30/06/94
1.2.2.20.0.001.6	LINHA TELEFONICA	1.48	0.00	0.00	1.48	30/06/94

F. M. C. S. O.

Conta	Descrição	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo	Data Lct
1.2.2.30.0.001.0	COMPUTADORES E PERIFERICOS	29.91	0.00	0.00	29.91	30/06/94
1.2.2.30.0.002.2	FAX SIMILE	0.29	0.00	0.00	0.29	30/06/94
1.2.2.30.0.003.4	SOFTWARE	2.63	0.00	0.00	2.63	30/06/94
1.2.2.30.0.004.6	TELEVISORES	3.34	0.00	0.00	3.34	30/06/94
1.2.3	DIFERIDO	0.00	5.623.44	5.623.44	0.00	15/02/95
1.2.3.2	OUTRAS CONTAS	0.00	5.623.44	5.623.44	0.00	15/02/95
1.2.3.20.0.001.0	CONTAS A CLASSIFICAR	0.00	5.623.44	5.623.44	0.00	15/02/95
2	P A S S I V O	164.584.19-	5.458.18	5.646.08	164.772.09-	28/02/95
2.0	EXIGIVEL	265.83-	5.458.18	5.646.08	453.73-	28/02/95
2.0.0	CIRCULANTE	265.83-	5.458.18	5.646.08	453.73-	28/02/95
2.0.0.0	FORNECEDORES	0.05	4.621.67	4.782.23	160.51-	02/02/95
2.0.0.00.0.001.6	AMIL	0.05	4.621.67	4.782.23	160.51-	02/02/95
2.0.0.1	OBRIGACOES FISCAIS E SOCIAIS	265.88-	264.84	292.18	293.22-	23/02/95
2.0.0.10.0.001.0	I.N.S.S.	208.68-	208.68	222.43	222.43-	01/02/95
2.0.0.10.0.002.2	F.G.T.S.	40.21-	40.21	50.61	50.61-	02/02/95
2.0.0.10.0.005.8	I.R.R.F. NAO ASSALARIADO	2.92-	2.92	13.42	13.42-	02/02/95
2.0.0.10.0.006.0	I.S.S.	9.05-	8.00	0.00	1.05-	02/02/95
2.0.0.10.0.007.1	P.I.S. S/FOLHA PAGAMENTO	5.02-	5.03	5.72	5.71-	23/02/95
2.0.0.2	PESSOAL	0.00	571.67	571.67	0.00	28/02/95
2.0.0.20.0.001.5	SALARIOS	0.00	571.67	571.67	0.00	28/02/95
2.2	PATRIMONIO SOCIAL	164.318.36-	0.00	0.00	164.318.36-	30/12/94
2.2.0	PATRIMONIO LIQUIDO	164.318.36-	0.00	0.00	164.318.36-	30/12/94
2.2.0.1	RESERVAS ESTATUTARIAS	0.55-	0.00	0.00	0.55-	30/06/94
2.2.0.10.0.001.6	PECULIO	0.55-	0.00	0.00	0.55-	30/06/94
2.2.0.2	RESERVAS DE REAVALICAO	0.25-	0.00	0.00	0.25-	30/06/94
2.2.0.20.0.001.0	IMOBILIZADO	0.25-	0.00	0.00	0.25-	30/06/94
2.2.0.3	RESULTADO	164.317.56-	0.00	0.00	164.317.56-	30/12/94
2.2.0.30.0.001.5	SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCICIO	149.145.15-	0.00	0.00	149.145.15-	30/12/94
2.2.0.30.0.002.7	SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULADO	15.172.41-	0.00	0.00	15.172.41-	30/12/94
3	D E S P E S A S	22.982.76	19.649.54	0.00	42.632.30	01/02/95
3.0	DESPESAS OPERACIONAIS	20.372.07	3.888.41	0.00	24.260.48	24/02/95
3.0.0	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	20.372.07	3.888.41	0.00	24.260.48	24/02/95
3.0.0.0	DESPESAS C/PESSOAL	703.02	978.71	0.00	1.681.73	17/02/95
3.0.0.00.0.001.8	SALARIOS E ORDENADOS	502.65	632.76	0.00	1.135.41	28/02/95
3.0.0.00.0.004.3	F.G.T.S.	40.21	50.61	0.00	90.82	28/02/95
3.0.0.00.0.005.5	I.N.S.S.	160.16	161.34	0.00	321.50	01/02/95
3.0.0.00.0.007.9	VALE TRANSPORTE	0.00	134.00	0.00	134.00	17/02/95

Conta	Descricao	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo	Data Lct
3.0.0.10.0.001.2	ANUNCIOS E PUBLICACOES	18.811.44	0.00	0.00	18.811.44	27/01/95
3.0.0.10.0.002.4	MATERIAL DE EXPEDIENTE	0.00	380.88	0.00	380.88	01/02/95
3.0.0.10.0.003.6	LANCHES E REFEICOES	0.00	206.00	0.00	206.00	23/02/95
3.0.0.10.0.005.0	TELEFONE/FAX	285.81	412.03	0.00	697.84	01/02/95
3.0.0.10.0.014.6	PORTES,TELEGRAMA E TELEX	28.32	447.74	0.00	476.06	28/02/95
3.0.0.10.0.016.0	VARIACAO MONETARIA PASSIVA	8.05	0.01	0.00	8.06	20/02/95
3.0.0.10.0.018.3	DESPESAS DIVERSAS	0.00	251.00	0.00	251.00	28/02/95
3.0.0.2	IMPOSTOS,TAXAS,CONTRIBUICOES	104.23	315.84	0.00	420.07	02/02/95
3.0.0.20.0.001.7	PIS S/FOLHA DE PAGAMENTO	5.02	5.71	0.00	10.73	28/02/95
3.0.0.20.0.007.8	I.R. S/FBN-BANESPA	22.04	45.51	0.00	67.55	28/02/95
3.0.0.20.0.014.0	IOF S/ FBI BANESPA	0.29	0.00	0.00	0.29	31/01/95
3.0.0.20.0.018.8	IOF BANESPA	0.03	0.00	0.00	0.03	31/01/95
3.0.0.20.0.019.0	IR S/POUPANCA	68.74	264.62	0.00	333.36	02/02/95
3.0.0.20.0.021.3	IR S/BB CURTO PRAZO	8.11	0.00	0.00	8.11	11/02/95
3.0.0.3	DESPESAS FINANCEIRAS	76.60	1.60	0.00	78.20	02/02/95
3.0.0.30.0.001.1	JUROS E MULTAS	71.43	1.60	0.00	73.03	02/02/95
3.0.0.30.0.002.3	DESPESAS BANCARIAS	5.17	0.00	0.00	5.17	05/01/95
3.0.0.5	SERVICOS DE TERCEIROS	354.60	894.60	0.00	1.249.20	24/02/95
3.0.0.50.0.001.0	PRESTACAO DE SERVICIOS-PF	160.00	0.00	0.00	160.00	11/01/95
3.0.0.50.0.002.2	PRESTACAO DE SERVICIOS-PJ	194.60	894.60	0.00	1.089.20	24/02/95
3.2	DESPESAS SOCIAIS	2.610.69	15.761.13	0.00	18.371.82	01/02/95
3.2.0.0	DESPESAS SOCIAIS	2.610.69	15.761.13	0.00	18.371.82	01/02/95
3.2.0.00.0.004.9	PASSAGENS AEREA	1.251.62	1.737.02	0.00	2.988.64	08/02/95
3.2.0.00.0.006.2	CONTRIBUICOES ESTATURARIAS	1.359.07	1.707.98	0.00	3.067.05	21/02/95
3.2.0.00.0.007.4	LANCHES E REFEICOES	0.00	380.00	0.00	380.00	20/02/95
3.2.0.00.0.019.6	IMPRESAO DE BOLETINS	0.00	11.300.00	0.00	11.300.00	03/02/95
3.2.0.00.0.022.1	REEMBOLSO	0.00	636.13	0.00	636.13	01/02/95
4	R E C E I T A S	17.990.19-	65.34	24.303.61	42.228.46-	28/02/95
4.0	RECEITAS OPERACIONAIS	17.990.19-	65.34	24.303.61	42.228.46-	28/02/95
4.0.0	RECEITAS DE CONTRIBUICOES	17.990.19-	65.34	24.303.61	42.228.46-	28/02/95
4.0.0.0	CONTRIBUICOES	13.655.96-	65.34	20.504.66	34.095.28-	28/02/95
4.0.0.00.0.001.0	ATIVOS	10.944.45-	0.00	16.619.35	27.563.80-	01/02/95
4.0.0.00.0.002.1	INATIVOS	2.711.51-	65.34	3.885.31	6.531.48-	28/02/95
4.0.0.2	RECEITAS FINANCEIRAS	4.334.22-	0.00	3.798.95	8.133.17-	28/02/95
4.0.0.20.0.002.0	F.B.N. BANESPA	220.83-	0.00	296.28	517.11-	01/02/95
4.0.0.20.0.008.1	POUPANCA-BANESPA	2.910.72-	0.00	2.646.49	5.557.21-	28/02/95
4.0.0.20.0.009.3	FBI BANESPA	3.30-	0.00	2.81	6.11-	28/02/95
4.0.0.20.0.011.7	B.B. POUPANCA	956.62-	0.00	853.37	1.809.99-	28/02/95
4.0.0.20.0.012.9	B.B.CURTO PRAZO	242.75-	0.00	0.00	242.75-	31/01/95
4.0.0.3	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0.01-	0.00	0.00	0.01-	31/01/95
4.0.0.30.0.001.3	VARIACOES MONETARIA ATIVAS	0.01-	0.00	0.00	0.01-	31/01/95

JURY ANEXO 10  
 JURY

Conta	Descrição	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo	Data Let
1	A T I V O	164.368.25	461.374.43	465.963.05	159.779.63	16/03/95
1.0	CIRCULANTE	161.822.56	412.161.85	416.750.47	157.233.94	01/03/95
1.0.0	DISPONIBILIDADES	161.822.56	412.161.85	416.750.47	157.233.94	01/03/95
1.0.0.0	CAIXA	224.21	0.00	0.00	224.21	30/11/94
1.0.0.00.0.001.4	CAIXA GERAL	224.21	0.00	0.00	224.21	30/11/94
1.0.0.1	BANCO CONTA MOVIMENTO	211.30	215.532.77	215.634.55	109.52	31/03/95
1.0.0.10.0.002.0	BANCO DO ESTADO S.PAULO C/C 1300483.3	10.00	160.361.46	160.553.14	181.68-	06/03/95
1.0.0.10.0.004.4	BANCO REAL S/A C/C 870.730.3	1.24	0.00	0.00	1.24	07/10/94
1.0.0.10.0.005.6	BANCO DO BRASIL S/S C/C 221.282-X	200.06	55.171.31	55.081.41	289.96	31/03/95
1.0.0.2	APLICACAO DE CURTO PRAZO	71.300.02	173.275.25	93.675.28	150.899.99	31/03/95
1.0.0.20.0.002.5	BCO. EST. S.PAULO C/1300483.3 CDB/RDB	60.000.00	92.023.79	62.023.79	90.000.00	31/03/95
1.0.0.20.0.003.7	BCO. DO EST. S.PAULO C/1300483.3 FBN	1.514.43	25.738.08	21.545.39	5.707.12	31/03/95
1.0.0.20.0.005.0	BCO. EST. S.PAULO C/1300483.3 FBI	98.62	3.73	0.00	102.35	31/03/95
1.0.0.20.0.006.2	BANCO DO BRASIL S/A C/C 221.282-X	9.686.97	10.509.65	10.106.10	10.090.52	31/03/95
1.0.0.20.0.007.4	BCO DO BRASIL S/A C/C 221.282-X CDB/RDB	0.00	45.000.00	0.00	45.000.00	31/03/95
1.0.0.3	BANCOS C/POUPANCA	68.318.76	1.478.90	63.833.80	5.963.86	21/03/95
1.0.0.30.0.002.0	BANCO DO ESTADO DE S.PAULO C/600076834	3.754.29	72.11	0.00	3.826.40	31/03/95
1.0.0.30.0.005.5	BCO. DO ESTADO S.PAULO C/C 08260010123-5	33.154.81	678.99	33.833.80	0.00	31/03/95
1.0.0.30.0.007.9	B.B. C/C 010.221.282.X	31.409.66	727.80	30.000.00	2.137.46	21/03/95
1.0.0.5	ADIANTAMENTO A TERCEIROS	36.36	689.50	689.50	36.36	01/03/95
1.0.0.50.0.001.7	FUNDACAO PROC.PEDRO JORGE	36.36	0.00	0.00	36.36	30/06/94
1.0.0.50.0.005.4	AGENCIA BRAS. DE RADIO JORNALISMO LTDA	0.00	689.50	689.50	0.00	01/03/95
1.0.0.6	CONTRIBUICOES A RECEBER	21.731.91	21.185.43	42.917.34	0.00	01/03/95
1.0.0.60.0.002.3	ATIVOS	13.781.90	13.452.78	27.234.68	0.00	01/03/95
1.0.0.60.0.003.5	INATIVOS	3.167.78	3.414.62	6.582.40	0.00	01/03/95
1.0.0.60.0.004.7	CONVENIOS	4.782.23	4.318.03	9.100.26	0.00	01/03/95
1.2	P E R M A N E N T E	2.545.69	49.212.58	49.212.58	2.545.69	16/03/95
1.2.1	INVESTIMENTOS	26.34	0.00	0.00	26.34	30/06/94
1.2.1.0	ACOES	26.34	0.00	0.00	26.34	30/06/94
1.2.1.00.0.001.3	BANCO DO BRASIL	26.34	0.00	0.00	26.34	30/06/94
1.2.2	IMOBILIZADO	2.519.35	0.00	0.00	2.519.35	01/02/95
1.2.2.0	MOVEIS E UTENSILIOS	1.65	0.00	0.00	1.65	30/06/94
1.2.2.00.0.001.7	MOVEIS E UTENSILIOS	1.52	0.00	0.00	1.52	30/06/94
1.2.2.00.0.002.9	REVALIACAO	0.13	0.00	0.00	0.13	30/06/94
1.2.2.1	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.480.05	0.00	0.00	2.480.05	01/02/95
1.2.2.10.0.001.1	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.480.03	0.00	0.00	2.480.03	01/02/95
1.2.2.10.0.002.3	REVALIACAO	0.02	0.00	0.00	0.02	30/06/94
1.2.2.2	DIREITO LINHA TELEFONICA	1.48	0.00	0.00	1.48	30/06/94
1.2.2.20.0.001.6	LINHA TELEFONICA	1.48	0.00	0.00	1.48	30/06/94

Conta	Descrição	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo	Data Lct
1.2.2.3	SISTEMA PROC.ELETRONICO	36.17	0.00	0.00	36.17	30/06/94
1.2.2.30.0.001.0	COMPUTADORES E PERIFERICOS	29.91	0.00	0.00	29.91	30/06/94
1.2.2.30.0.002.2	FAX SIMILE	0.29	0.00	0.00	0.29	30/06/94
1.2.2.30.0.003.4	SOFTWARE	2.63	0.00	0.00	2.63	30/06/94
1.2.2.30.0.004.6	TELEVISORES	3.34	0.00	0.00	3.34	30/06/94
1.2.3	DIFERIDO	0.00	49.212.58	49.212.58	0.00	16/03/95
1.2.3.2	OUTRAS CONTAS	0.00	49.212.58	49.212.58	0.00	16/03/95
1.2.3.20.0.001.0	CONTAS A CLASSIFICAR	0.00	49.212.58	49.212.58	0.00	16/03/95
2	P A S S I V O	164.772.09-	5.599.68	5.194.65	164.367.06-	31/03/95
2.0	EXIGIVEL	453.73-	5.599.68	5.194.65	48.70-	31/03/95
2.0.0	CIRCULANTE	453.73-	5.599.68	5.194.65	48.70-	31/03/95
2.0.0.0	FORNECEDORES	160.51-	4.428.03	4.318.03	50.51-	02/03/95
2.0.0.00.0.001.6	ANIL	160.51-	4.428.03	4.318.03	50.51-	02/03/95
2.0.0.1	OBRIGACOES FISCAIS E SOCIAIS	293.22-	599.98	304.95	1.81	22/03/95
2.0.0.10.0.001.0	I.N.S.S.	222.43-	459.60	222.43	14.74	02/03/95
2.0.0.10.0.002.2	F.G.T.S.	50.61-	101.22	50.61	0.00	02/03/95
2.0.0.10.0.005.8	I.R.R.F. MAO ASSALARIADO	13.42-	22.81	22.81	13.42-	14/03/95
2.0.0.10.0.006.0	I.S.S.	1.05-	3.69	3.39	0.75-	02/03/95
2.0.0.10.0.007.1	P.I.S. S/FOLHA PAGAMENTO	5.71-	12.66	5.71	1.24	22/03/95
2.0.0.2	PESSOAL	0.00	571.67	571.67	0.00	31/03/95
2.0.0.20.0.001.5	SALARIOS	0.00	571.67	571.67	0.00	31/03/95
2.2	PATRIMONIO SOCIAL	164.318.36-	0.00	0.00	164.318.36-	30/12/94
2.2.0	PATRIMONIO LIQUIDO	164.318.36-	0.00	0.00	164.318.36-	30/12/94
2.2.0.1	RESERVAS ESTATUTARIAS	0.55-	0.00	0.00	0.55-	30/06/94
2.2.0.10.0.001.6	PECULIO	0.55-	0.00	0.00	0.55-	30/06/94
2.2.0.2	RESERVAS DE REAVALICAO	0.25-	0.00	0.00	0.25-	30/06/94
2.2.0.20.0.001.0	IMOBILIZADO	0.25-	0.00	0.00	0.25-	30/06/94
2.2.0.3	RESULTADO	164.317.56-	0.00	0.00	164.317.56-	30/12/94
2.2.0.30.0.001.5	SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCICIO	149.145.15-	0.00	0.00	149.145.15-	30/12/94
2.2.0.30.0.002.7	SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULADO	15.172.41-	0.00	0.00	15.172.41-	30/12/94
3	D E S P E S A S	42.632.30	25.878.28	0.00	68.510.58	16/03/95
3.0	DESPESAS OPERACIONAIS	24.260.48	5.058.17	0.00	29.318.65	10/03/95
3.0.0	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	24.260.48	5.058.17	0.00	29.318.65	10/03/95
3.0.0.0	DESPESAS C/PESSOAL	1.681.73	1.112.71	0.00	2.794.44	28/03/95
3.0.0.00.0.001.8	SALARIOS E ORDENADOS	1.135.41	632.76	0.00	1.768.17	31/03/95
3.0.0.00.0.004.3	F.G.T.S.	90.82	50.61	0.00	141.43	31/03/95
3.0.0.00.0.005.5	I.N.S.S.	321.50	161.34	0.00	482.84	02/03/95

Conta	Descriçao	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo	Data Lct
3.0.0.00.0.007.9	VALE TRANSPORTE	134.00	268.00	0.00	402.00	28/03/95
3.0.0.1	DESPESAS GERAIS	20.831.28	1.927.20	0.00	22.758.48	31/03/95
3.0.0.10.0.001.2	ANUNCIOS E PUBLICACOES	18.811.44	58.80	0.00	18.870.24	02/03/95
3.0.0.10.0.002.4	MATERIAL DE EXPEDIENTE	380.88	0.00	0.00	380.88	01/02/95
3.0.0.10.0.003.6	LANCHES E REFEICOES	206.00	492.00	0.00	698.00	27/03/95
3.0.0.10.0.005.0	TELEFONE/FAX	697.84	686.94	0.00	1.384.78	21/03/95
3.0.0.10.0.007.3	JORNAIS E REVISTAS	0.00	117.00	0.00	117.00	06/03/95
3.0.0.10.0.014.6	PORTES,TELEGRAMA E TELEX	476.06	572.46	0.00	1.048.52	31/03/95
3.0.0.10.0.016.0	VARIACAO MONETARIA PASSIVA	8.06	0.00	0.00	8.06	20/02/95
3.0.0.10.0.018.3	DESPESAS DIVERSAS	251.00	0.00	0.00	251.00	28/02/95
3.0.0.2	IMPOSTOS,TAXAS,CONTRIBUICOES	420.07	380.61	0.00	800.68	02/03/95
3.0.0.20.0.001.7	PIS S/FOLHA DE PAGAMENTO	10.73	5.71	0.00	16.44	31/03/95
3.0.0.20.0.003.0	I.O.F. S/FBN-BANESPA	0.00	60.11	0.00	60.11	31/03/95
3.0.0.20.0.005.4	I.R. S/COB/RDB BANESPA	0.00	224.86	0.00	224.86	31/03/95
3.0.0.20.0.007.8	I.R. S/FBN-BANESPA	67.55	23.86	0.00	91.41	31/03/95
3.0.0.20.0.014.0	IOF S/ FBI BANESPA	0.29	0.32	0.00	0.61	31/03/95
3.0.0.20.0.017.6	IOF BCO. DO BRASIL	0.00	0.38	0.00	0.38	31/03/95
3.0.0.20.0.018.8	IOF BANESPA	0.03	0.00	0.00	0.03	31/01/95
3.0.0.20.0.019.0	IR S/POUPANCA	333.36	0.00	0.00	333.36	02/02/95
3.0.0.20.0.021.3	IR S/BB CURTO PRAZO	8.11	65.37	0.00	73.48	02/03/95
3.0.0.3	DESPESAS FINANCEIRAS	78.20	43.95	0.00	122.15	14/03/95
3.0.0.30.0.001.1	JUROS E MULTAS	73.03	41.35	0.00	114.38	31/03/95
3.0.0.30.0.002.3	DESPESAS BANCARIAS	5.17	2.60	0.00	7.77	14/03/95
3.0.0.5	SERVICOS DE TERCEIROS	1.249.20	1.593.70	0.00	2.842.90	10/03/95
3.0.0.50.0.001.0	PRESTACAO DE SERVICOS-PF	160.00	73.39	0.00	233.39	02/03/95
3.0.0.50.0.002.2	PRESTACAO DE SERVICOS-PJ	1.089.20	1.520.31	0.00	2.609.51	10/03/95
3.2	DESPESAS SOCIAIS	18.371.82	20.820.11	0.00	39.191.93	16/03/95
3.2.0.0	DESPESAS SOCIAIS	18.371.82	20.820.11	0.00	39.191.93	16/03/95
3.2.0.00.0.004.9	PASSAGENS AEREA	2.988.64	15.541.22	0.00	18.529.86	10/03/95
3.2.0.00.0.005.0	HOSPEDAGENS	0.00	1.640.11	0.00	1.640.11	15/03/95
3.2.0.00.0.006.2	CONTRIBUICOES ESTATURARIAS	3.067.05	2.050.46	0.00	5.117.51	09/03/95
3.2.0.00.0.007.4	LANCHES E REFEICOES	380.00	754.00	0.00	1.134.00	22/03/95
3.2.0.00.0.008.6	TRANSPORTE URBANO	0.00	360.28	0.00	360.28	15/03/95
3.2.0.00.0.011.1	FOTOCOPIAS/AUTENTICACOES/REGISTROS	0.00	386.00	0.00	386.00	10/03/95
3.2.0.00.0.019.6	IMPRESAO DE BOLETINS	11.300.00	0.00	0.00	11.300.00	03/02/95
3.2.0.00.0.022.1	REEMBOLSO	636.13	88.04	0.00	724.17	16/03/95
4	R E C E I T A S	42.228.46-	0.00	21.694.69	63.923.15-	31/03/95
4.0	RECEITAS OPERACIONAIS	42.228.46-	0.00	21.694.69	63.923.15-	31/03/95
4.0.0	RECEITAS DE CONTRIBUICOES	42.228.46-	0.00	21.694.69	63.923.15-	31/03/95
4.0.0.0	CONTRIBUICOES	34.095.28-	0.00	17.039.12	51.134.40-	31/03/95
4.0.0.00.0.001.0	ATIVOS	27.563.80-	0.00	13.452.78	41.016.58-	06/03/95
4.0.0.00.0.002.1	INATIVOS	6.531.48-	0.00	3.586.34	10.117.82-	31/03/95
4.0.0.2	RECEITAS FINANCEIRAS	8.133.17-	0.00	4.655.57	12.788.74-	31/03/95
4.0.0.20.0.001.9	F.A.F. BANCO DO BRASIL S/A	0.00	0.00	213.20	213.20-	31/03/95



Conta	Descrição	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo	Data Let
4.0.0.20.0.002.0	F.B.W. BANESPA	517.11-	0.00	455.05	972.16-	31/03/95
4.0.0.20.0.007.0	ROB/COB BANESPA	0.00	0.00	2.248.65	2.248.65-	31/03/95
4.0.0.20.0.008.1	POUPANCA-BANESPA	5.557.21-	0.00	751.10	6.308.31-	31/03/95
4.0.0.20.0.009.3	FBI BANESPA	6.11-	0.00	4.05	10.16-	31/03/95
4.0.0.20.0.011.7	B.B. POUPANCA	1.809.99-	0.00	727.80	2.537.79-	31/03/95
4.0.0.20.0.012.9	B.B.CURTO PRAZO	242.75-	0.00	255.72	498.47-	31/03/95
4.0.0.3	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0.01-	0.00	0.00	0.01-	31/01/95
4.0.0.30.0.001.3	VARIACOES MONETARIA ATIVAS	0.01-	0.00	0.00	0.01-	31/01/95

*For  
F. de C. 20*

Conta	Descrição	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo	Data Lct
1	A T I V O	159.779.63	230.391.16	198.102.10	192.068.69	17/04/95
1.0	CIRCULANTE	157.233.94	217.941.53	185.652.47	189.523.00	05/04/95
1.0.0	DISPONIBILIDADES	157.233.94	217.941.53	185.652.47	189.523.00	05/04/95
1.0.0.0	CAIXA	224.21	0.00	0.00	224.21	30/11/94
1.0.0.00.0.001.4	CAIXA GERAL	224.21	0.00	0.00	224.21	30/11/94
1.0.0.1	BANCO CONTA MOVIMENTO	109.52	124.660.13	90.592.30	34.177.35	30/04/95
1.0.0.10.0.002.0	BANCO DO ESTADO S.PAULO C/C 1300483.3	181.68-	94.554.16	90.592.30	3.780.18	20/04/95
1.0.0.10.0.004.4	BANCO REAL S/A C/C 870.730.3	1.24	0.00	0.00	1.24	07/10/94
1.0.0.10.0.005.6	BANCO DO BRASIL S/S C/C 221.282-X	289.96	30.105.97	0.00	30.395.93	30/04/95
1.0.0.2	APLICACAO DE CURTO PRAZO	150.899.99	50.060.17	95.060.17	105.899.99	30/04/95
1.0.0.20.0.002.5	BCO.EST.S.PAULO C/1300483.3 CDB/ROB	90.000.00	50.060.17	95.060.17	45.000.00	30/04/95
1.0.0.20.0.003.7	BCO.DO EST.S.PAULO C/1300483.3 FBN	5.707.12	0.00	0.00	5.707.12	31/03/95
1.0.0.20.0.005.0	BCO. EST. S.PAULO C/1300483-3 FBI	102.35	0.00	0.00	102.35	31/03/95
1.0.0.20.0.006.2	BANCO DO BRASIL S/A C/C 221.282-X	10.090.52	0.00	0.00	10.090.52	31/03/95
1.0.0.20.0.007.4	BCO DO BRASIL S/A C/C 221.282-X CDB/ROB	45.000.00	0.00	0.00	45.000.00	31/03/95
1.0.0.3	BANCOS C/POUPANCA	5.963.86	55.70	0.00	6.019.56	17/04/95
1.0.0.30.0.002.0	BANCO DO ESTADO DE S.PAULO C/600076834	3.826.40	0.00	0.00	3.826.40	31/03/95
1.0.0.30.0.007.9	B.B. C/C 010.221.282.X	2.137.46	55.70	0.00	2.193.16	17/04/95
1.0.0.5	ADIANTAMENTO A TERCEIROS	36.36	0.00	0.00	36.36	01/03/95
1.0.0.50.0.001.7	FUNDACAO PROC.PEDRO JORGE	36.36	0.00	0.00	36.36	30/06/94
1.0.0.6	CONTRIBUICOES A RECEBER	0.00	43.165.53	0.00	43.165.53	05/04/95
1.0.0.60.0.002.3	ATIVOS	0.00	30.743.94	0.00	30.743.94	17/04/95
1.0.0.60.0.003.5	INATIVOS	0.00	7.903.56	0.00	7.903.56	17/04/95
1.0.0.60.0.004.7	CONVENIOS	0.00	4.518.03	0.00	4.518.03	05/04/95
1.2	P E R M A N E N T E	2.545.69	12.449.63	12.449.63	2.545.69	17/04/95
1.2.1	INVESTIMENTOS	26.34	0.00	0.00	26.34	30/03/94
1.2.1.0	ACOES	26.34	0.00	0.00	26.34	30/06/94
1.2.1.00.0.001.3	BANCO DO BRASIL	26.34	0.00	0.00	26.34	30/03/94
1.2.2	IMOBILIZADO	2.519.35	0.00	0.00	2.519.35	01/02/95
1.2.2.0	MOVEIS E UTENSILIOS	1.65	0.00	0.00	1.65	30/06/94
1.2.2.00.0.001.7	MOVEIS E UTENSILIOS	1.52	0.00	0.00	1.52	30/06/94
1.2.2.00.0.002.9	REAVLICACAO	0.13	0.00	0.00	0.13	30/06/94
1.2.2.1	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.480.05	0.00	0.00	2.480.05	01/02/95
1.2.2.10.0.001.1	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.480.03	0.00	0.00	2.480.03	01/02/95
1.2.2.10.0.002.3	REAVALIACAO	0.02	0.00	0.00	0.02	30/06/94
1.2.2.2	DIREITO LINHA TELEFONICA	1.48	0.00	0.00	1.48	30/06/94
1.2.2.20.0.001.6	LINHA TELEFONICA	1.48	0.00	0.00	1.48	30/06/94
1.2.2.3	SISTEMA PROC.ELETRONICO	36.17	0.00	0.00	36.17	30/06/94

Conta	Descrição	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo	Data Lct
1.2.2.30.0.001.0	COMPUTADORES E PERIFERICOS	29.91	0.00	0.00	29.91	30/06/94
1.2.2.30.0.002.2	FAX SIMILE	0.29	0.00	0.00	0.29	30/06/94
1.2.2.30.0.003.4	SOFTWARE	2.63	0.00	0.00	2.63	30/06/94
1.2.2.30.0.004.6	TELEVISORES	3.34	0.00	0.00	3.34	30/06/94
1.2.3	DIFERIDO	0.00	12.449.63	12.449.63	0.00	17/04/95
1.2.3.2	OUTRAS CONTAS	0.00	12.449.63	12.449.63	0.00	17/04/95
1.2.3.20.0.001.0	CONTAS A CLASSIFICAR	0.00	12.449.63	12.449.63	0.00	17/04/95
2	P A S S I V O	164.367.06-	2.203.02	8.005.47	170.169.51-	28/04/95
2.0	EXIGIVEL	48.70-	2.203.02	8.005.47	5.851.15-	28/04/95
2.0.0	CIRCULANTE	48.70-	2.203.02	8.005.47	5.851.15-	28/04/95
2.0.0.0	FORNECEDORES	50.51-	0.00	4.518.03	4.568.54-	28/04/95
2.0.0.00.0.001.6	AMIL	50.51-	0.00	4.518.03	4.568.54-	28/04/95
2.0.0.1	OBRIGACOES FISCAIS E SOCIAIS	1.81	1.16	1.285.58	1.282.61-	24/04/95
2.0.0.10.0.001.0	I.N.S.S.	14.74	1.16	777.43	761.53-	28/04/95
2.0.0.10.0.002.2	F.G.T.S.	0.00	0.00	197.34	197.34-	28/04/95
2.0.0.10.0.004.6	I.R.R.F. ASSALARIADO	0.00	0.00	133.37	133.37-	11/04/95
2.0.0.10.0.005.8	I.R.R.F. NAO ASSALARIADO	13.42-	0.00	148.42	161.84-	05/04/95
2.0.0.10.0.006.0	I.S.S.	0.75-	0.00	4.35	5.10-	28/04/95
2.0.0.10.0.007.1	P.T.S. S/FOLHA PAGAMENTO	1.24	0.00	24.67	23.43-	24/04/95
2.0.0.2	PESSOAL	0.00	2.201.86	2.201.86	0.00	28/04/95
2.0.0.20.0.001.5	SALARIOS	0.00	2.201.86	2.201.86	0.00	28/04/95
2.2	PATRIMONIO SOCIAL	164.318.36-	0.00	0.00	164.318.36-	30/12/94
2.2.0	PATRIMONIO LIQUIDO	164.318.36-	0.00	0.00	164.318.36-	30/12/94
2.2.0.1	RESERVAS ESTATUTARIAS	0.55-	0.00	0.00	0.55-	30/06/94
2.2.0.10.0.001.6	PECULIO	0.55-	0.00	0.00	0.55-	30/06/94
2.2.0.2	RESERVAS DE REAVALICAO	0.25-	0.00	0.00	0.25-	30/06/94
2.2.0.20.0.001.0	IMOBILIZADO	0.25-	0.00	0.00	0.25-	30/06/94
2.2.0.3	RESULTADO	164.317.56-	0.00	0.00	164.317.56-	30/12/94
2.2.0.30.0.001.5	SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCICIO	149.145.15-	0.00	0.00	149.145.15-	30/12/94
2.2.0.30.0.002.7	SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULADO	15.172.41-	0.00	0.00	15.172.41-	30/12/94
3	D E S P E S A S	68.510.58	17.382.73	0.00	85.893.31	17/04/95
3.0	DESPESAS OPERACIONAIS	29.318.65	15.546.75	0.00	44.865.40	07/04/95
3.0.0	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	29.318.65	15.546.75	0.00	44.865.40	07/04/95
3.0.0.0	DESPESAS C/PESSOAL	2.794.44	3.308.84	0.00	6.103.28	05/04/95
3.0.0.00.0.001.8	SALARIOS E ORDENADOS	1.768.17	2.466.87	0.00	4.235.04	28/04/95
3.0.0.00.0.004.3	F.G.T.S.	141.43	197.34	0.00	338.77	28/04/95
3.0.0.00.0.005.5	I.N.S.S.	482.84	644.63	0.00	1.127.47	05/04/95
3.0.0.00.0.007.9	VALE TRANSPORTE	402.00	0.00	0.00	402.00	28/03/95

Conta	Descrição	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo	Data Lct
3.0.0.1	DESPESAS GERAIS	22.758.48	1.725.63	0.00	24.484.11	28/04/95
3.0.0.10.0.001.2	ANUNCIOS E PUBLICACOES	18.870.24	0.00	0.00	18.870.24	02/03/95
3.0.0.10.0.002.4	MATERIAL DE EXPEDIENTE	380.88	539.10	0.00	919.98	26/04/95
3.0.0.10.0.003.6	LANCHES E REFEICOES	698.00	0.00	0.00	698.00	27/03/95
3.0.0.10.0.005.0	TELEFONE/FAX	1.384.78	718.55	0.00	2.103.33	03/04/95
3.0.0.10.0.007.3	JORNAIS E REVISTAS	117.00	0.00	0.00	117.00	06/03/95
3.0.0.10.0.014.6	PORTES,TELEGRAMA E TELEX	1.048.52	467.98	0.00	1.516.50	28/04/95
3.0.0.10.0.016.0	VARIACAO MONETARIA PASSIVA	8.06	0.00	0.00	8.06	20/02/95
3.0.0.10.0.018.3	DESPESAS DIVERSAS	251.00	0.00	0.00	251.00	28/02/95
3.0.0.2	IMPOSTOS,TAXAS,CONTRIBUICOES	800.68	530.68	0.00	1.331.36	05/04/95
3.0.0.20.0.001.7	PIS S/FOLHA DE PAGAMENTO	16.44	24.67	0.00	41.11	30/04/95
3.0.0.20.0.003.0	I.O.F. S/FBN-BANESPA	60.11	0.00	0.00	60.11	31/03/95
3.0.0.20.0.005.4	I.R. S/COB/RDB BANESPA	224.86	506.01	0.00	730.87	05/04/95
3.0.0.20.0.007.8	I.R. S/FBN-BANESPA	91.41	0.00	0.00	91.41	31/03/95
3.0.0.20.0.014.0	IOF S/ FBI BANESPA	0.61	0.00	0.00	0.61	31/03/95
3.0.0.20.0.017.6	IOF BCO. DO BRASIL	0.38	0.00	0.00	0.38	31/03/95
3.0.0.20.0.018.8	IOF BANESPA	0.03	0.00	0.00	0.03	31/03/95
3.0.0.20.0.019.0	IR S/POUPANCA	333.36	0.00	0.00	333.36	02/02/95
3.0.0.20.0.021.3	IR S/BB CURTO PRAZO	73.48	0.00	0.00	73.48	02/03/95
3.0.0.3	DESPESAS FINANCEIRAS	122.15	0.00	0.00	122.15	14/03/95
3.0.0.30.0.001.1	JUROS E MULTAS	114.38	0.00	0.00	114.38	31/03/95
3.0.0.30.0.002.3	DESPESAS BANCARIAS	7.77	0.00	0.00	7.77	14/03/95
3.0.0.5	SERVICOS DE TERCEIROS	2.842.90	9.981.60	0.00	12.824.50	07/04/95
3.0.0.50.0.001.0	PRESTACAO DE SERVICOS-PF	233.39	87.00	0.00	320.39	11/04/95
3.0.0.50.0.002.2	PRESTACAO DE SERVICOS-PJ	2.609.51	9.894.60	0.00	12.504.11	07/04/95
3.2	DESPESAS SOCIAIS	39.191.93	1.835.98	0.00	41.027.91	17/04/95
3.2.0.0	DESPESAS SOCIAIS	39.191.93	1.835.98	0.00	41.027.91	17/04/95
3.2.0.00.0.004.9	PASSAGENS AEREA	18.529.86	0.00	0.00	18.529.86	10/03/95
3.2.0.00.0.005.0	HOSPEDAGENS	1.640.11	138.60	0.00	1.778.71	05/04/95
3.2.0.00.0.006.2	CONTRIBUICOES ESTATURARIAS	5.117.51	1.697.38	0.00	6.814.89	17/04/95
3.2.0.00.0.007.4	LANCHES E REFEICOES	1.134.00	0.00	0.00	1.134.00	22/03/95
3.2.0.00.0.008.6	TRANSPORTE URBANO	360.28	0.00	0.00	360.28	15/03/95
3.2.0.00.0.011.1	FOTOCOPIAS/AUTENTICACOES/REGISTROS	386.00	0.00	0.00	386.00	10/03/95
3.2.0.00.0.019.6	IMPRESAO DE BOLETINS	11.300.00	0.00	0.00	11.300.00	03/02/95
3.2.0.00.0.022.1	REEHBOLSO	724.17	0.00	0.00	724.17	16/03/95
4	RECEITAS	63.923.15-	0.00	43.869.34	107.792.49-	30/04/95
4.0	RECEITAS OPERACIONAIS	63.923.15-	0.00	43.869.34	107.792.49-	30/04/95
4.0.0	RECEITAS DE CONTRIBUICOES	63.923.15-	0.00	43.869.34	107.792.49-	30/04/95
4.0.0.0	CONTRIBUICOES	51.134.40-	0.00	38.712.79	89.847.19-	30/04/95
4.0.0.00.0.001.0	ATIVOS	41.016.58-	0.00	30.743.94	71.760.52-	17/04/95
4.0.0.00.0.002.1	INATIVOS	10.117.82-	0.00	7.968.85	18.086.67-	30/04/95
4.0.0.2	RECEITAS FINANCEIRAS	12.788.74-	0.00	5.115.87	17.904.61-	30/04/95
4.0.0.20.0.001.9	F.A.F. BANCO DO BRASIL S/A	213.20-	0.00	0.00	213.20-	31/03/95
4.0.0.20.0.002.0	F.B.N. BANESPA	972.16-	0.00	0.00	972.16-	31/03/95

J. M. C. S.